

ADRIANO RODRIGUES MANSANERA

ESTRATÉGIAS MÉDICO-HIGIÊNICAS E UNIDADE BURGUESA:
A educação moral da mulher que educa nos Arquivos da Liga Brasileira de Higiene
Mental (1925 – 1930)

MARINGÁ

2004

ADRIANO RODRIGUES MANSANERA

ESTRATÉGIAS MÉDICO-HIGIÊNICAS E UNIDADE BURGUESA:
A educação moral da mulher que educa nos Arquivos da Liga Brasileira de Higiene
Mental (1925 – 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Guaraciaba Aparecida Tullio.

MARINGÁ

2004

ADRIANO RODRIGUES MANSANERA

ESTRATÉGIAS MÉDICO-HIGIÊNICAS E UNIDADE BURGUESA:
A educação moral da mulher que educa nos Arquivos da Liga Brasileira de Higiene
Mental (1925 – 1930)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Fundamentos da Educação da
Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do Título de
Mestre em Educação, sob orientação da Profa. Dra. Guaraciaba Aparecida Tullio.

Aprovada em _____

COMISSÃO JULGADORA

Presidente e Orientadora.....

2º Examinador.....

3º Examinador

MARINGÁ

2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho:

- aos meus pais, Dorvalino e Joselita e irmã Anaíra que estiveram ao meu lado ouvindo as dificuldades de se propor a fazer um trabalho no mínimo diferente do senso comum;
- à Profa. Guaraciaba que muito mais do que ser orientadora, foi uma pessoa humana que contribuiu para que esse trabalho tivesse essa forma; e ainda que por pouco tempo estivemos juntos fique certa que seus ensinamentos fazem parte do meu viver e principalmente do atuar profissional;
- ao Prof. Ademir pela pelo apoio para terminar essa dissertação;
- à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro de apenas oito meses;
- à Nerli coordenadora do mestrado em Educação, e seus colaboradores Márcia e Ugo que muito ajudaram nas questões burocráticas;
- à banca que de forma espetacular contribuiu no exame de qualificação para que esse trabalho simples fosse um pouco original;
- enfim a minha esposa querida, que sempre esteve junto nesse aprendizado inicial do método materialista histórico de Karl Marx;

O terreno para a ação hygienica e educativo torna-se aqui [na Liga brasileira] quasi illimitada. A seleção dos projetos preventivos na linha de saúde e da utilidade social, o 'bom' exemplo, etc., entregam na mão do educador a arma para poder influir sobre a atividade da creança por meio de evocar na sua imaginação os projectos de acções pedagogicamente desejáveis. (RADECKI*, 1925, p.71)

* Prof. Dr. Wacław Randecki, estrangeiro membro da Liga Brasileira de Higiene Mental e Diretor do laboratório de psicologia na Colônia de Alienados no Engenho Dentro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
 PRIMEIRA PARTE: OS HIGIENISTAS E A LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1925-1930).....	13
1 - Recuperação histórica.....	14
2 - Voltando às raízes.....	22
 SEGUNDA PARTE: EDUCAÇÃO BURGUESA: A MULHER NO DISCURSO DOS MEMBROS DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL.....	45
3. A higienização da mulher que educa.....	46
4. A mãe higiênica.....	58
5. A professora higiênica.....	66
 CONCLUSÃO.....	75
 REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

O processo histórico de ordenação da sociedade regida pelo capital pode ser entendido como movimento de expansão de uma era: a era burguesa de produção social. Os traços mais significativos desta forma de vida podem ser encontrados, num primeiro momento, nos países europeus onde este desenvolvimento se origina, ou seja, Inglaterra e França. Por outro lado, pela própria essência do capital, essa era se expressa não só no seu espaço originário, mas se revela também como um processo que, de forma inquestionável, se globaliza expandindo uma economia voltada para o mercado mundial e uma forma de pensar correspondente a esta ordenação produtiva.

As marcas desse movimento se mostram, dentre outros, como trabalho livre, como escravidão nas colônias, como imperialismo, como movimento de luta entre as classes originárias da sociedade capitalista, como desenvolvimento das chamadas ciências burguesas, como nacionalismo - inclusive nos países comandados pelo desenvolvimento dominado, como transformação das forças produtivas aplicadas ao trabalho industrial.

A luta pela organização da sociedade civil no regime republicano que marca a vida no Brasil nas primeiras décadas do século XX não é algo desvinculado desse movimento mais geral. Ordenado anteriormente sob a forma de Colônia e Império o país expressou, desde sua origem, um capitalismo que, na sua forma singular, revelava divergências significativas com o capitalismo europeu. Ao mesmo tempo, como ordem produtiva regida pelo capital, ou seja, ao assumir o

alinhamento de trabalho escravo sob a base burguesa de produção social, o Brasil expressou um capitalismo que estabeleceu relações contraditórias próprias de um capitalismo mais desenvolvido, portanto, de um capitalismo que, na sua essência, aponta para uma semelhança com a vida na Europa que não pode ser menosprezada.

Sem perder esse entendimento, a presente pesquisa tem por objetivo investigar a compreensão do propósito educativo dos higienistas ligados à Liga Brasileira de Hygiene Mental¹ buscando entender um dado traçado da mulher - a mulher higienizada - idealizado pela Liga através dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental que a expõem como a educadora, por natureza, de um homem desejado para o país.

Como periódico oficial da Liga Brasileira de Higiene Mental os Arquivos Brasileiros de Higiene Mental começaram a ser publicados em 1925 estando por três anos fora de circulação. Retornaram em 1929 e se mantiveram contínuos até 1935, sendo novamente suspensos entre 1936 a 1937 voltando a circular nos anos entre 1938 a 1947. A pesquisa se limita ao primeiro período destas publicações que se estende entre 1925 e 1930.

Buscando deixar claro os objetivos dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental produzidos pela Liga Brasileira de Higiene Mental no Brasil da época um dos seus autores, Caldas, em 1929, escreveu, esclarecendo que se tratava de um órgão “de doutrina e de combate” propagador dos ideais de “hygiene mental e eugenia” idealizados pelos “neuro-higienistas.:

¹ Utilizaremos daqui para frente uma redação atualizada.

Os ‘Archivos’, como órgão official da Liga Brasileira de Hygiene Mental, têm uma grande e nobre missão a realizar: órgão de doutrina e de combate, elles se propõem a abrir, em nosso meio, a senda por onde possam enveredar, crescer e fructificar os ideaes de hygiene mental e eugenia, que consubstanciam o programa d’aquella Instituição.

Apparecendo no dia 15 de cada mês, esta revista circulará intensamente na Capital da República e nos Estados, levando a todos os recantos do Brasil republicano a opinião, os appellos e conselhos dos nossos mais eminentes neuro-hygienistas. (1929, p.1)

A Liga Brasileira de Higiene Mental organizada no processo de ordenação da medicina psiquiátrica no Brasil foi fundada no Rio de Janeiro, em 1923². Compunham esta Instituição não só psiquiatras conhecidos nacionalmente, mas também advogados, jornalistas, educadores, políticos e médicos³, em suma, uma elite intelectual brasileira que tinha como preocupação inicial a chamada luta pela prevenção das doenças mentais, na forma pensada pelos neuro-hygienistas.

Um dos objetivos fundamentais da pesquisa é buscar a compreensão dos propósitos sociais da medicina psiquiátrica preventiva gestada pela sociedade capitalista que a Liga Brasileira de Higiene Mental incorpora no processo de sua criação no país. Parece importante deixar claro que, centrado no papel da mulher, o estudo não tem como preocupação o gênero feminino, mas uma prática educativa que privilegia a figura da mulher higienizada como educadora no lar e na escola, portanto, com implicações para o conjunto da sociedade. Qual o propósito que guia a Liga Brasileira de Higiene Mental nesta tarefa, no Brasil republicano? Que defesa do homem e da vida social estava a medicina preventiva, no entendimento de seus proponentes, a buscar e propor para a pátria no processo de criação da medicina preventiva (educação) traduzida pela psiquiatria?

² Outras instituições na época surgiram com papéis semelhantes ao da Liga Brasileira de Higiene Mental tais como: a Sociedade Eugênica de São Paulo com apenas dois anos de existência de 1918 a 1920, o Instituto de Higiene de São Paulo e a Liga Paulista de Higiene Mental ambos criados em 1926, e no Rio de Janeiro a Sociedade Brasileira de Higiene Mental fundada em 1923 além da Liga Brasileira de Higiene Mental e a Comissão Central de Eugenia, que

Vale lembrar que na década de 20 quando a Liga Brasileira de Higiene Mental é criada no país o mesmo expressa, no seu território, um período conturbado na luta pela ordenação da sociedade burguesa. Ainda que uma boa parte da população brasileira se encontrasse no campo, a luta pelo progresso passa, dentre outras, pela dominação da cidade pelo campo. Na prática trata-se de um período histórico no qual o Brasil já se mostrava como país capaz de abrigar no seu território uma concentração significativa de desenvolvimento burguês: a produção social manifestava uma capacidade objetiva de concentração de força de trabalho e uma vontade de progresso que não pode ser menosprezada.

Em síntese: na luta pela modernização solicitada pelo regime republicano o país já carregava no seu seio todo um conjunto de condições econômicas e uma vontade política, no âmbito nacional, de superação da própria relação contraditória que marca o desenvolvimento do capitalismo e aponta para um desenvolvimento desigual e dominado no interior da sociedade brasileira.

Estamos a tratar, aqui, de um movimento social que se impõe dinâmico e contraditório no qual a educação - como busca da saúde, da hygiene mental -, pode viabilizar a análise e a compreensão de uma totalidade mais geral explicativa dessa mesma educação. No artigo primeiro do Estatuto da Liga Brasileira de Higiene Mental pode-se ler o que a mesma expressa como sua finalidade maior:

Art. 1º. - Sob a denominação de Liga Brasileira de Hygiene Mental, é constituída uma associação com séde na cidade do Rio de Janeiro, tendo por fins:

- a) prevenção das doenças nervosas e mentaes pela observancia dos principios da hygiene geral e especial do systema nervoso;

publicou entre 1929 a 1942 com apoio da Liga o Boletim de Eugenia e o movimento psiquiatrico de Recife liderado por Ulysses Pernambucano.

³ Vide anexo 01

- b) proteção e amparo no meio social aos egressos dos manicômios e aos deficientes mentais passíveis de internação;
- c) melhoria progressiva nos meios de assistir e tratar os doentes nervosos e mentais em asylos publicos, particulares ou fóra delles;
- d) realização de um programma de Hygiene Mental e de Eugenetica no dominio das atividades individual, escolar, profissional e social. (ESTATUTO DA LIGA, 1929, p.39)

Além de se preocupar com os egressos dos manicômios e com a seleção dos doentes mentais passíveis de internação o programa revela toda uma preocupação com a formação do indivíduo em geral nos aspectos individual, escolar, profissional e social.

Os médicos higienistas, e outras pessoas que os acompanhavam, ao interpretar a vida em sociedade a partir de uma perspectiva higienista que se expôs como luta entre o corretamente desejável para os homens (o certo) e a degeneração humana (o errado) incidiram num objetivo comum: a necessidade de produzir indivíduos, socialmente higienizados e higienizadores. Neste exercício, a mulher passou a ser explicada nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental como a pessoa mais capaz de atuar na profilaxia social rumo ao ideal traçado pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Num Editorial datado em junho de 1930 que traz por título “O apello à mulher brasileira” ela é idealizada como cooperadora, por natureza, da educação higienizadora e mostra como os defensores do processo de higienização no país pretendiam buscá-la nas diferentes camadas sociais:

Hoje, [...], o appello que aqui se vai lêr sobreexcede em significação a todos os outros, porque visa, não apenas uma classe, ou um grupo social, senão integralmente aquella metade do genero humano que os philosophos, os pensadores, e o proprio bom sendo geral tem considerado, sempre, a detentora precipua do sentimento e da affectividade da especie.

E, dirigindo-nos á Mulher (em particular á Mulher Brasileira, o que, intuitivamente, inclúe toda mulher que visa em nosso paiz e estime a nossa patria), fazemol-o na certeza de que seremos entendidos e attendidos. Sem duvida, já existem alguns nucleos de abnegadas senhoras que mourejam neste sector da prophylaxia social. Urge, porém, que o exemplo d’essas dignas

cooperadoras seja seguido por muitíssimas outras, de modo que a coletividade inteira venha a sentir o benefício influxo de tão sadio proselytismo. (EDITORIAL, 1930, p.193)

No período selecionado para estudo onde o papel da mulher é enfatizado foram escritos 14 volumes dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. O recorte delimitado para a análise abrange, sobretudo, a influência de autores franceses e americanos num segmento do pensamento brasileiro. A partir de 1930 pode-se encontrar nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental a influência acentuada de autores da Alemanha que apontaram para o biologismo, para o “saneamento racial” com níveis extremos de sentido étnico sem analisar outros fatores a não ser a constituição biológica dos indivíduos.

Não existe nesse procedimento nenhuma neutralidade. Os homens, ao produzirem as condições materiais de sua existência, desenvolvem também a sua produção intelectual. Se por um lado, a divisão social do trabalho, ao se materializar na forma da produção industrial, dá ao trabalho intelectual a aparência de uma atividade que se ordena independentemente das relações de produção estabelecidas, esta atividade não tem vida em si mesma.

Na sua organização, o estudo proposto vem dividido em duas partes. Na primeira abordamos a questão dos higienistas e da Liga Brasileira de Higiene Mental buscando reconhecer os mesmos no processo histórico de desenvolvimento da sociedade vigente. Foram nesta parte desenvolvidos dois capítulos: 1) Recuperação histórica e 2) Voltando as raízes. Na segunda parte a preocupação está voltada para a compreensão do pensamento que privilegia a mulher higienizada como educadora no processo de higienização da sociedade brasileira, esta dividida em três capítulos: 3) A higienização da mulher que educa; 4) A mãe higiênica e 5) A professora higiênica.

PRIMEIRA PARTE

OS HIGIENISTAS E A LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL (1925-1930)

A concepção da hygiene no dominio mental reduz-se a um certo conjuncto de acções praticas, com o fim de crear condições que possam facilitar o desenvolvimento psychico dos indivíduos humanos, adaptando esse desenvolvimento à felicidade pessoal. (RADECKI, 1925, p.12)

1. RECUPERAÇÃO HISTÓRICA

Para dar conta da questão proposta na presente pesquisa parece necessário deixar mais claro o movimento histórico do higienismo na sociedade capitalista. A história dos higienistas enquanto preocupação da ciência médica inicia-se na Europa, no final do século XVIII e início do século XIX, com a medicina social que não dava conta de um aumento significativo nos internamentos em sanatórios dos doentes mentais num momento histórico em que a preocupação estava voltada para a exclusão do doente.

Na verdade, o “tratamento moral” e o “isolamento terapêutico”, propostos por Pinel, Esquinol e seus seguidores na França não estavam dando resultados satisfatórios nem para os doentes internados nem para a sociedade que via cada vez mais aumentar os internamentos. Uma das alternativas foi a criação dos chamados “higienistas dos espíritos” ou “higienistas sociais” que, como mostra Castel, no seus papéis de “alienistas” preocupados com o estudo da mente passaram a agir no meio social para tentar tratar enfermidades provenientes de distúrbios da mesma como o tratamento moral da loucura. (1978, p.262-263)

Esses higienistas não tinham por tarefa imediata intervir no meio social, mas partindo da idéia de doença mental como degeneração do sujeito agiam naqueles espaços sociais que tivessem pessoas com seus comportamentos “desorganizados” numa tentativa de “profilaxia preservadora” da natureza do ser. A preocupação com a higiene, para eles, ligados ao cientificismo, estava

voltada para a tentativa de cura da saúde mental do indivíduo que até então era tirado do convívio social para os internatos.

Dado às devidas proporções históricas, esta proposta gestada na Europa influenciou o saber psiquiátrico no Brasil, principalmente na segunda metade do século XIX, e se manifestou pela denominação de “medicina social” que, com auxílio de outros saberes disciplinares como a criminologia, a medicina higiênica e a engenharia sanitária, começou a intervir na sociedade, com a tentativa de tratar, de curar, de sanear a loucura e o surgimento de degenerados no país.

Uma das formas utilizadas pelo movimento higienista brasileiro ao incorporar as idéias de Pinel e Esquirol no tratamento moral da loucura foi buscar ajuda do Estado através das áreas da saúde e educação. Nessa pretensão de ligar a saúde à educação na cura das doenças mentais trabalhando com a reordenação moral do indivíduo estava a vontade de formatar no país, principalmente nos centros mais comercialmente desenvolvidos já no Império, uma forma de vida higienizada, ou seja, adequada aos valores burgueses já consolidados na Europa.

Com a fundação do “Hospício Pedro II” proposta pela medicina social no ano de 1842, tem-se no Brasil uma expressão máxima de intervenção prática na doença mental e do isolamento preventivo do louco e dos indesejáveis da sociedade. Que fique claro, não era ainda uma proposta preventiva sistematizada à moda do que acontecerá nas primeiras décadas do século XX: era um instrumento de exclusão social das pessoas “diferentes” ensaiando um tratamento de cura realizada no próprio hospício.

A preocupação com o movimento higienista no século XIX no Brasil já era outra. Tinha relação com a luta pelo chamado “saneamento do espaço urbano” que no processo de desenvolvimento industrial no país não só que trouxe consigo a formatação das cidades mas um significativo aumento de pessoas desabilitadas para conviverem socialmente nesta nova forma de vida. Na passagem da vida rural – ordenada sobre a forma do Império e da família patriarcal - para a vida urbana – e também sobre a forma da República e da família burguesa -, traduzida como um processo de transição que inúmeros foram os não adaptados denominados pelos higienistas de degenerados. Também fazendo uso desta denominação Cunha, ao realizar um estudo sobre a loucura, lembrou que à época, (1986)

a cidade [...] atrai ‘degenerados’ de toda sorte, que esconde em suas inúmeras ruelas e becos, nas tavernas, botequins, cabarés, nas habitações insalubres e promíscuas da gente pobre, nas alcovas das prostitutas, no anonimato das multidões. Assim, as tecnologias de combate à degeneração vão perseguir alguns objetivos básicos. Em primeiro lugar, a possibilidade de medicalizar, sobretudo sob o ângulo da medicina mental, amplos setores da população, atribuindo ‘morbidez’ às suas práticas sociais. Além disto, estratégias caminham em direção à tentativa de conferir maior visibilidade aos ‘degenerados’, aperfeiçoando as formas de esquadrinhamento e suprimindo seus locais de esconderijo no meio urbano. Finalmente, o esforço de moralização da sociedade corresponde ao imperativo de barrar a expansão da ‘maré de degenerados’, através de controles sobretudo morais e higiênicos introjetados na ‘boa’ sociedade. (p.26)

Foi a partir da necessidade de ordenar no país a vida pautada pela urbanização industrial e os valores burgueses que ela carrega que nas principais cidades como Rio de Janeiro, São Paulo entre outras, médicos higienistas, aliados ao saber psiquiátrico, no fim do século XIX e início do século XX, começaram a acreditar, em nome da ciência burguesa em desenvolvimento, que as causas das deficiências nas pessoas tinha fatores orgânicos na sua origem, ou seja, poderiam ser prevenidas na fase da infância com as recomendações higiênicas aliadas aos cuidados domésticos

das mães. Estava a nascer no país a psiquiatria preventiva já em desenvolvimento nos Estados Unidos desde 1909.

A questão selecionada para análise neste trabalho ligado às propostas dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental será o “discurso preventivista”, que começou a aparecer de forma mais sistematizada no início do século XX, o que para Cunha seria a transposição de uma cruzada para a “Nova Ordem” no qual os higienistas serão os

prosélitos da disciplina, ampliando e diversificando seus espaços e instâncias de intervenção. A este movimento corresponde uma visão crescente triunfante da competência médica: se a loucura funciona como metáfora da desordem social, a psiquiatria, seu oposto, é a possibilidade da ordem e da estabilidade. (1986, p.173)

Ao analisar a proposta educativa dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental no seu aspecto preventivo se atendo ao momento de 1925 a 1930, tem-se claro que a luta ali travada não foi algo isolado de um contexto social mais amplo. Revela uma estreita relação entre o saber médico (psiquiatria preventiva) e a formatação e controle do processo social que estava se formar no Brasil com o advento da República e da economia industrial.

As intervenções de saneamento social nas cidades surgiam sobretudo da necessidade histórica advindas do processo de implantação da industrialização e da filosofia que o acompanha no país querendo com isso equiparar o mesmo ao capital internacional e ao modelo político que o simbolizava nos países mais aburguesamente desenvolvidos.

“Ordem e Progresso” seria o lema positivista comteano incorporado pelo movimento higienista, na tentativa de curar uma parte da população que não se adequava às normas do Estado de direito

(equidade social), do individualismo, da liberdade, do dever que acompanha, representadas pelo pensamento burguês.

Voltando à história da psiquiatria preventiva vale lembrar que, de acordo com Caldas (1930c), a preocupação com a higiene mental, como instituição organizada tem sua origem em 1908, nos Estados Unidos, com seu representante Cliflord Beers, que tinha como preocupação inicial o tratamento e a profilaxia das doenças mentais e a “hygienização do espírito”.

Cliflord Beers publicou o livro “A Mind that found itself”⁴, um relato autobiográfico de seu internamento num Hospital Psiquiátrico. Este livro, pela sua divulgação, influenciou vários psiquiatras americanos, que passaram a se preocupar com a saúde mental das pessoas acometidas de sofrimento nesta área. Esse interesse fez com que eles se reunissem numa campanha em prol da higiene mental fundando, em 1908, a “Connecticut Society for Mental Hygiene” e, no ano posterior, o primeiro Comitê Nacional de Higiene Mental (The National Committee for Mental Hygiene), com o objetivo de divulgar as idéias de higiene mental para diversos países. (CALDAS, 1930c, p.114-115)

Em 1909, ano de fundação do Comitê, grupos de médicos “neuro-psiquiatras” começaram a se preocupar com as “idéias de regeneração” da espécie humana, a princípio preocupados com as pessoas internadas em Hospitais Psiquiátricos. Conforme indica Caldas (1930b, p.114) “desenvolveu-se em seguida o conceito de prevenção, pelo qual se procurava evitar a eclosão de psychoses [...] Crearam-se os chamados ‘serviços abertos’, os ambulatórios psychiatricos e os serviços sociaes”. Uma das formas de divulgar as propostas higiênicas foi a utilização, a partir de

⁴ Tradução - “Um espírito que se achou a si mesmo”.

1917, de uma revista lançada trimestralmente, a “Mental Hygiene”. Dois anos antes da fundação do Comitê, em 1906, o psiquiatra brasileiro Juliano Moreira já previa, numa carta enviada aos Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, a importância da profilaxia higiênica para seu pares. Também em 1916, representando o Brasil num congresso de medicina na Argentina Emani Lopes defende, pela primeira vez na América do Sul, o “tratamento dos doentes mentais agudos nos Hospitais gerais” para a “necessidade de assistir certas psicopatias curáveis sem os internar em manicômios propriamente ditos”. Como escreveu Caldas (1930b, p.117) “eram os prodomos da Hospitalização livre dos ambulatórios psiquiátricos e dos ‘serviços abertos’ que somente nos Estados Unidos se começava a realizar”.

Apesar da existência de poucos trabalhos no Brasil sobre a profilaxia do doente mental, que se restringiram a alguns artigos e apresentações em congressos, foi somente em 1919 que Gustavo Riedel, então diretor da “Colônia de Psychopaths do Engenho de Dentro” fundou o primeiro “Instituto de prophylaxia mental da América do Sul” tendo como objetivo, entre outros, tratar doentes mentais internados nos Hospitais Psiquiátricos ou também em suas casas sob responsabilidade do “serviço social”. (CALDAS, 1930b)

Em 1922 os trabalhos de Gustavo Riedel tinham o objetivo de prevenir a doença mental, levando-o, depois de voltar de um congresso em Cuba e de uma viagem aos Estados Unidos, a fundar a Liga Brasileira de Higiene Mental. Foi o seu primeiro presidente. A Liga Brasileira de Higiene Mental, depois de reconhecida como sendo de utilidade pública pelo Decreto n. 4778 de 27 de dezembro de 1923, tornou-se a principal instituição no país a se preocupar com a profilaxia do doente mental.

À época, para que as campanhas saneadoras dessem alguns resultados, os higienistas intervinham em todo o meio social como indústria, escola, família e outros. A higiene mental foi abordada como um problema de saúde pública. Na prática, a Liga Brasileira de Higiene Mental, reuniu diversas pessoas da intelectualidade brasileira, como psiquiatras, advogados, professores, políticos, higienistas, engenheiros e psicólogos, entre outros profissionais, para promover a higiene mental, por meio de palestras, folhetos, anúncios em jornais, pronunciamentos radiofônicos e artigos impressos nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, periódico que começou a ser publicado no ano de 1925.

Essa elite intelectual não fazia parte somente da Liga Brasileira de Higiene Mental, pois nas primeiras décadas do século XX existiam no Brasil várias instituições que tentavam, cada uma à sua maneira, dar conta de vários problemas sociais do país. Entre essas instituições pode-se destacar a Liga de Defesa Nacional, Liga Nacionalista de São Paulo, Liga Pró-saneamento, Propaganda Nativista, Ação Social Nacionalista, Associação Brasileira de Educação – ABE, Sociedade Brasileira de Higiene Mental, Liga Paulista de Higiene Mental, Sociedade Eugênica de São Paulo, entre outras que tentavam organizar a sociedade imbuídas de planos de reformas morais, educacionais, eugênicas e sanitárias.

O presente recorte de estudo que privilegia a Liga Brasileira de Higiene Mental deve-se ao fato de que a mesma exerceu influência nas áreas da saúde e educação no Brasil traçando uma estreita relação entre elas. Depois da fundação do Comitê Nacional de Higiene Mental, nos Estados Unidos em 1909, as idéias de higiene mental começaram a se disseminar para diversos países do mundo, ocasionando o surgimento de várias Ligas. Entre algumas, podem ser citadas: o Comitê Canadense de Higiene Mental (1918); A Liga Francesa de Higiene Mental e Profilaxia Mental

(1920), a primeira da Europa; a Liga Belga de Higiene Mental (1922); o Conselho Nacional Britânico de Higiene Mental (1922); a Liga Italiana de Higiene Mental (1922); a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), a primeira da América do Sul; a Liga Alemã de Higiene Psíquica (1925); e a Liga Espanhola de Higiene Mental (1925).

Na instituição familiar e escolar, o discurso higienista tornou-se normatizador de novas regras sociais com preocupação voltada para o enquadramento mental da criança como homem do futuro. Numa tentativa de educar para uma vida almejada nos moldes da família e da sociedade burguesa a Liga Brasileira de Higiene Mental elegeu a educadora e a mãe como fortes colaboradoras. Utilizaram-se também de palestras e folhetos de propagandas nas comunidades e nas escolas. Fizeram-se uso da publicação da revista da Liga Brasileira de Higiene Mental, os chamados Arquivos Brasileiros de Higiene Mental que se destinavam à divulgação de suas idéias a diversos segmentos profissionais da sociedade como médicos, pedagogos, advogados, entre outros. Além disso, os higienistas criaram laboratórios de psicologia nas escolas para avaliar a inteligência dos alunos, com o objetivo de formarem salas de aulas homogêneas.

As técnicas nos laboratórios de psicologia assim como os valores que acompanham não eram criações dos autores brasileiros. O pensamento da Liga Brasileira de Higiene Mental não se estabeleceu num vazio histórico, ou num vácuo moral. Descoladas de seu contexto histórico real para o Brasil da década de 20 esse pensamento nem sempre se sustentou diante da realidade que lhes impunha. E nesse sentido alimentaram-se de fantasias que deram sustentação aos ideais de um país moderno e forte, no quadro das contradições internacionais projetadas pelo Imperialismo.

2 - VOLTADO ÀS RAÍZES

O desenvolvimento do imperialismo no processo de internacionalização do capital traz no seu bojo, como já lembrou Marx, a defesa do nacionalismo:

A sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma fase determinada de desenvolvimento das forças produtivas. Abrange toda a vida comercial e industrial de uma dada fase e, neste sentido, ultrapassa o Estado e a nação, se bem que, por outro lado, deve se fazer valer frente ao exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. (MARX, 1996, p.53)

A luta pela ordenação dos Estados Nacionais, na Europa, e a educação que ela expressa aponta a mulher como alguém diferente do homem:

A concepção da mulher, talhada especialmente para o privado (e incapaz para o público), é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII. [...] Esta é representada como o inverso do homem. É identificada por sua sexualidade e seu corpo, enquanto o homem é identificado por seu espírito e energia. O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. [...] A combinação de fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional fazia delas os seres mais aptos para criar filhos. Desse modo, o útero definia o lugar das mulheres na sociedade como mães. O discurso dos médicos se unia ao discurso dos políticos. (PERROT, 1991, p.50)

Como disse a autora acima citada o discurso médico incorpora o discurso da filosofia política e manifesta, numa reordenação familiar, ou melhor, na luta pela consolidação da família burguesa, a mulher como alguém privilegiada por natureza para o ato educativo. Este ideário será enfaticamente defendido por Comte no século XIX influenciando o pensamento da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Uma das mais importantes mudanças no processo de gestação da sociedade burguesa se refere ao núcleo familiar, que altera os papéis atribuídos aos pais, às mães e aos filhos. Antes existia uma dependência quase total com o senhor do feudo (o pai); nessa nova organização social a liberdade, o direito pessoal são categorias explicativas da vida. O pai, com sua forma prática e racional de agir passou a se preocupar com o ambiente externo ao espaço doméstico, neste caso o trabalho. A mulher, que já tinha os atributos naturais de gerar os filhos, com o pai fora do espaço em que sempre reinou, assumiu a educação doméstica sem muitas dificuldades, porém, submissa às ordens do homem. De acordo com Cambi (1999) os filhos, que no sistema feudal estavam submetidos à autoridade do pai, o qual não dava muitas atenções a essa figura infantil, passam, com as exigências da sociedade moderna no século XIX, a ser considerados os “senhores-filhos”, na nova organização familiar burguesa.

Não se quer dizer com isso que nos séculos anteriores não existissem formas de relações familiares entre pais e filhos. O que se busca deixar claro é que esta nova forma de organização familiar do século XIX se opunha ao antigo modelo de família aristocrática do sistema feudal. A partir de novas formas produtivas da sociedade, uma nova lógica de funcionamento se fez necessária, pela necessidade histórica daquele século, ou seja, a mulher começou a assumir novas tarefas para cuidar de seus filhos, os futuros cidadãos da nação. O modo de produção capitalista determinou, historicamente, novas formas de como se comportar em sociedade pois as antigas relações da família aristocrática não encontravam mais espaço para sua existência.

O feudo, como marca de poder e de riqueza, não se sustentava mais; o poder da terra foi substituído pelo comércio livre; e costumes, como o casamento arranjado, o morgadio, a primogenitura, a despreocupação com a infância se alteram diante de novas necessidades sociais,

políticas e econômicas dos séculos XVIII e XIX. A sociedade feudal estava alicerçada sobre o poder territorial e nada mais lógico do que passar os bens ao primeiro filho e se fazerem casamentos arranjados para a manutenção da grande propriedade feudal. Além disso, não existia uma preocupação com a criança, esse ser que não agradava muito, até que se tornasse adulto, pronto para casar, desde que o pai consentisse. Alicerçados no direito à propriedade, segundo Montesquieu (1997, p.103, Livro XXIII, Cap. VII) competia “aos pais casar seus filhos; sua prudência a esse respeito estará sempre acima de qualquer outra prudência. A natureza confere aos pais um desejo de proporcionar a seus filhos sucessores como se fosse para si mesm.”.

A família, na figura de pais e filhos, dava a unidade social à propriedade. Neste sentido escreveu Snyders: “o casamento de um filho não é o casamento de um filho, não é a vida e a felicidade deste filho; trata-se, isso sim, de assegurar, através dele, a perenidade da família”. (1977, p.281) Eis o significado da utilização da sucessão de bens pela primogenitura: garantir que a propriedade da terra sob o poder do pai não fosse dividida ao passar de uma geração a outra. Esta luta normatizava os papéis sexuais: “sem dúvida, jamais os papéis sexuais foram definidos sem maior rigor normativo e explicativo. O poder político é apanágio dos homens - e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado”. (PERROT, 1988, p.175)

Na sociedade já que estava a nascer quando a velha ordem organizava a produção social revelava, na sua base, a generalização da força de trabalho como mercadoria. A propriedade da terra não garantia tanto o poder do pai, e no comércio o trabalho livre passou a ser a forma de desenvolvimento econômico em evidência. O Estado de direito como produto desta ordenação

produtivo, estava ganhando forma, Tocqueville, em visita à América, descrevendo a situação social dos americanos, escreveu, tendo por base este Estado:

Quando a lei de sucessão permite e com mais forte razão ordena a partilha igual dos bens dos pais entre todos os filhos, [...] a morte de cada proprietário traz uma revolução à propriedade; os bens não apenas mudam de donos, mas, por assim dizer, mudam de natureza; fracionam-se continuamente, em porções cada vez menores. É esse o efeito direto e, de certo modo, material da lei. (1977, p.45)

Na explicação de Tocqueville, a perda desse “espírito de família”, que estava ligado à propriedade da terra, faz surgir o egoísmo individual. Para ele no sistema feudal, a família era não só o centro de tudo, mas o ponto de partida para entender a sociedade, dava tranquilidade aos seus integrantes. Tudo era, para o autor, determinado segundo uma hierarquia de funcionamento. Lembrou ele que na nova forma social, o interesse pessoal consistia em se conquistar um trabalho ou fortunas pelo comércio livre para, só então, poder constituir família. Os interesses dos homens estavam voltados para a acumulação da riqueza.

Nesta nova ordem social, o pai mudou seu papel de atuação na sociedade: antes ele cuidava do funcionamento do ambiente doméstico, tanto em termos de suprir alimentos quanto em relação à educação dos filhos. Passa agora a se preocupar com o comércio, ausentando-se de sua casa para ganhar dinheiro. Essa ausência no espaço doméstico fez com que a mulher, que antes era somente considerada a procriadora dos filhos, assumisse a educação deles, mudando as formas de os membros familiares se relacionarem. A mulher não entra na relação social burguesa como “indivíduo liberto”, como ser capaz de usar a razão. Como lembra Perrot,

É por isso que esse velho discurso retorna no século XIX com um novo vigor, apoiando-se nas descobertas da medicina e da biologia. É um discurso

naturalista, que insiste na existência de duas ‘espécies’ com qualidades e aptidões particulares. [...] O doméstico não lhe poderia ser entregue sem controle; mas concorda-se em confiar às mulheres - dentro de certos limites - a família, a casa, núcleos da esfera privada. (1988, p.177-178)

Na nova organização familiar o filho, que no sistema feudal era deixado de lado, passou a ser a preocupação central da família burguesa. O pai, com seu lado racional e prático, passou a se ocupar do aspecto externo ao ambiente familiar, o comércio, enquanto a mulher, com seus atributos naturais, passou a ser requisitada para ser a educadora desse novo homem o burguês.

A nova forma de organização social, que propunha inclusive a liberdade dos filhos para escolherem suas esposas, era na verdade restrita aos membros de uma classe social: aquela classe detentora do capital. Na divisão social do trabalho a classe trabalhadora (pai, mãe e filhos) transformam-se em pura força de trabalho que dá vida e forma à produção industrial manufatureira.

No reino da liberdade uma das formas para realizar a unidade social é a utilização do sentimento familiar, o amor e a afeição entre os membros da família, o que, para o pensamento dominante possibilitava a ordem social e a felicidade da humanidade.

Na verdade, o Estado democrático liberal moderno que estava se formando utilizava-se da instituição familiar para efetivar seu domínio com a degeneração do domínio da Igreja. Incentivou a educação do sentimento unitário (o público) no indivíduo proprietário (o privado).

Participe desta filosofia Tocqueville na obra A democracia na América lembrou que na sociedade aristocrática o pai tinha seu lugar definido tanto pelo direito natural quanto pelo mando político

que lhe era atribuído nas relações sociais, sendo a sociedade percebida através da formação familiar e entendeu que no governo democrático (a sociedade burguesa) os chamados laços naturais - afetivos - se intensificaram e os sociais – econômicos – se afrouxam:

Penso que à medida que os costumes e as leis são mais democráticos, as relações entre pais e filhos se tornam mais íntimas e brandas; a regra e a autoridade se encontram menos; a confiança e a afeição muitas vezes são maiores, e parece que o laço natural se aperta ao passo que o social se afrouxa. (TOCQUEVILLE, 1977, p.448)

Na verdade, o Estado democrático delineado pelo pensamento liberal propunha que cada indivíduo tivesse liberdade e autonomia para policiar, por meio das virtudes morais, as vontades pessoais, inclusive a propriedade. No entanto, para ensinar essas virtudes morais a sociedade necessitava de um espaço privado e de um agente educativo para elas se efetivarem.

Também para Tocqueville (1977, p.449), a mulher deveria ser requisitada para ensinar no espaço doméstico as virtudes morais utilizando-se da educação para controlar a liberdade de forma vigiada até que a aprendizagem provocasse hábitos políticos e religiosos que os filhos deveriam seguir para que se tornassem costumes gerais para todos os membros da sociedade.

Era uma mudança nos comportamentos e nas atitudes da velha ordem para a nova ordem social que atendiam às novas necessidades históricas. No período feudal, o homem estava seguro na organização familiar pautada no feudo, podendo até ser submisso e dependente da autoridade do pai. Mas na sociedade democrática, onde a segurança hereditária do pai para manter a família foi abalada pelo Estado de direito o homem livre deveria receber uma educação que possibilitasse a ele autogovernar-se na liberdade vigiada, ou seja, deveria desenvolver suas capacidades

individuais não perdendo de vista a moral estabelecida pela sociedade burguesa e ensinada pela figura feminina aos filhos no interior da família e da escola.

Comungando com a filosofia política burguesa Guizot (1994), na França do século XIX, defendeu que através da educação doméstica e escolarizada a mulher, com sua afetividade natural, ensinaria os filhos a elevar as ações humanas para servir à família e à pátria, ou seja, pelas virtudeS morais é que as mulheres deveriam formar o caráter do cidadão moderno, que deveria ser paciente, bondoso e honrado deixando seus desejos pessoais de lado em benefício de outros. Na base desta defesa esta a acumulação da propriedade. Neste sentido, para o autor a conduta do pai de família em relação aos seus bens não seria somente, dirigida para a tentativa de

conservá-los, mas aumentá-los ao mesmo tempo que aumentava a família que tem de sustentar. A economia estará ao cuidado da mãe de família; ao pai pertence a indústria de fazer valor, a habilidade de enriquecer pelas trocas; não entretanto como os comerciantes que inteiramente aplicados ao governo de sua fortuna, deixam a casa, seus filhos, sua mulher e reservam sua atenção às pessoas de negócio e aos servidores, o pai de família, aplicado ao governo da casa, não tem o comércio senão por segundo objetivo, e não dá seus trabalhos e seu tempo a não ser na medida que não prejudiquem suas funções principais. (GUIZOT, 1994, p.5)

Um homem amável, comportado, cumpridor de seus deveres, guardião da propriedade era o que a classe burguesa pretendia ter no século XIX. A defesa da higiene, na sua gênese européia carrega este ideário e faz parte deste esforço da classe burguesa para formatar a sociedade nos moldes de seus interesses. Como escreveu Perrot: “a limpeza não é apenas condição de saúde, ela contribui também para a dignidade humana, ela torna saudável, ela embeleza o mais pobre reduto, [...] pressupõe entre as famílias, mesmo as mais indigentes, o sentimento de ordem, o amor à regularidade”. (1988, p.202)

Neste processo, além da instituição familiar, que era utilizada como forma educativa de controle social, a escola laica, gratuita e obrigatória, que começava a ser oferecida à população francesa, passou a ser também outra instituição de controle social. Definir a liberdade burguesa a partir da prescrição dos direitos do homem e dos deveres do cidadão era a principal função da educação.

As propostas de educação para a mulher, mesmo para os liberais clássicos que influenciaram alguns educadores no Brasil tinham por finalidade que ela adquirisse conhecimentos para ser uma mãe de família bem instruída. Parece pouco, em termos de se oferecer uma educação para as mulheres, mas na realidade essas propostas abriram caminho para que se pudesse pensar numa educação diferenciada, tanto para o menino quanto para a menina. Nesse momento, final do século XIX e início do século XX, intelectuais e educadores, como José Veríssimo (1857-1916), entre outros, influenciados pela corrente teórica do positivismo de Augusto Comte (1789-1857) e pelo ideário liberal de uma forma geral, começavam a dar encaminhamento a uma educação diferenciada para o homem e para a mulher.

Entretanto, nem todas as pessoas pensavam que a educação moral escolarizada fosse importante para as mulheres; para alguns, era necessário que a mulher fosse submissa ao marido para a preservação moral da família, porque seu papel social já estaria definido: ser mãe dos filhos dos homens; por isso ela não necessitava adquirir outros conhecimentos que não fossem os restritos ao ambiente doméstico.

Comte foi um dos autores que colocou a mulher no centro da educação doméstica tendo a educação, como mediação principal, a “vida afetiva”. Viu na mulher o ser mais capaz para esta tarefa e defendeu que “a unidade humana só pode resultar de uma justa preponderância do

sentimento sobre a razão e até mesmo sobre a atividade”. (COMTE, 1996, p.79) uma idéia abraçada pela Liga brasileira. Há aqui que resaltar que essa pretensa valorização da educação como desenvolvimento da afetividade não possibilitou a emancipação da mulher, porque os seus comportamentos eram construídos de acordo com as necessidades de interesses econômicos de uma classe burguesa em ascensão. Disse o filósofo francês que

proletários e mulheres constituem necessariamente os auxiliares essenciais de nova doutrina geral, que, embora destinada a todas as classes modernas, só obterá ascendência verdadeira nas camadas superiores, quando surgir sob este irresistível patrocínio. [...] Em virtude de sua menor participação no governo político, estão mais propícios a sentir a necessidade e as condições do governo moral, destinado sobretudo a garantir-lhes contra a opressão temporal. (COMTE, 1996, p.72)

Comte (1996) deixa claro, nesta citação, que as mulheres e o operariado são seres de sentimentos e não de inteligência, evidenciando, de uma forma idealista, as diferenças nos papéis sociais. A mulher é o “sexo afetivo” por excelência, que iria, por meio da educação moral, regenerar a humanidade, utilizando-se do sentimento, da sensação e de amor, para promover a ordem.

Quanto ao homem, o “sexo ativo”, ele deveria objetivar o grau máximo, o estágio positivo, próprio da formação do sacerdote filósofo, que teria que conhecer estas leis morais de funcionamento da sociedade, sendo seu guardião absoluto, sem nenhum questionamento, sobre uma ordem pré-determinada. O que chama a atenção é que para o autor o caráter feminino seria “o único a permitir à filosofia positivista abranger o autêntico conjunto da existência humana, ao mesmo tempo individual e coletiva”. (COMTE, 1996, p.73)

O caráter pretendido era que a mulher tivesse uma moral inquestionável, para que pudesse educar no núcleo familiar os seus filhos, da mesma forma que não houvesse no seu comportamento

nenhum questionamento sobre suas virtudes morais, pois, para a teoria positivista, o espaço doméstico seria o santuário de amor e paz, que organizaria a desordem social que o mundo estaria vivenciando naquele momento histórico. É por esse viés doméstico, pela educação primeira que qualquer ser humano recebia, que a mulher-mãe foi obrigada a encontrar seu espaço na sociedade, pela sua moral espontânea e por seus atributos naturais, como a emotividade e os sentimentos. Comte (1996) diz que o coração tem domínio sobre o espírito, e que sempre o coração coloca questões que o espírito deve resolver. Afirma ainda que

a mulher e o sacerdote constituem, de fato os dois elementos essenciais do verdadeiro poder moderador, ao mesmo tempo doméstico e cívico. Organizando esta santa coligação social, cada elemento procede aqui de acordo com sua genuína natureza: o coração propõe as questões que o espírito resolve. [...] o homem pensando sob a inspiração da mulher [...] É só no santuário da alma feminina que se pode hoje encontrar a digna submissão de espírito exigida por uma regeneração sistemática. (COMTE, 1996, p.107-108)

Esse “sexo afetivo” com predomínio dos sentimentos, seguindo as regras da teoria positivista, ou da “religião da humanidade”, segundo Comte (1996, p.110), seria o elemento que poderia equilibrar a ordem para manter o progresso. Porque essa mulher com sua influência moral sistematizada pela teoria, estaria preparada para educar seus filhos e cumprir o seu “santo destino social”, o de ser boa esposa e boa mãe, para que por meio dessa “unidade moral” ocorresse o “progresso social”. “O amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim”. (COMTE, 1996, p.127)

Se este Catecismo pudesse convencer as mulheres e os proletários que seus pretensos guias espirituais são radicalmente incompetentes para as altas elaborações que cegamente lhe são confiadas, muito contribuiria para a pacificação do Ocidente. [...] Mas as mulheres e os proletários nunca desconhecera a íntima reação do sentimento sobre a inteligência, explicada enfim pela filosofia positiva. (COMTE, 1996, p.132-133)

Das duas condições fundamentais da religião positivista, amor e fé, a que prevalece com certo destaque é o amor, mas o que isto tem a ver com o papel da mulher? Primeiro que não existia nenhuma mulher, de acordo com Comte (1996, p.133), que não nutrisse afetos e carinhos, que para ele deveriam ser dominados, para que amassem melhor, para que servissem adequadamente aos desígnios da teoria. Quanto ao aspecto religioso da fé, a mulher deveria ter um caráter eminentemente altruísta; quer dizer, devia viver guiada pelo amor, fazendo o bem ao outro sem esperar recompensas. Portanto, o “sexo afetivo”, a forma feminina, é para o autor, o principal “ministro do Grande Ser”, pois,

esse ofício fundamental resulta sobretudo da influência pessoal que cada digna mulher desenvolve sem cessar no seio de sua própria família. Do santuário doméstico dimana de contínuo esse santo impulso, único que nos pode preservar da corrupção moral a que sempre dispõe a existência prática e teórica. Sem tais raízes privadas, a ação coletiva da mulher sobre o homem não comportaria, por outro lado, nenhuma eficácia permanente. É também na família que se realiza uma apreciação suficiente do sexo afetivo, do qual cada um de nós só pode conhecer de modo real os tipos com que vive intimamente. (COMTE, 1996, p.160)

Comte (1996, p.160-161) destacava, no “culto angélico”, as relações que existiam através dos “instintos simpáticos” entre a mãe, a esposa e a filha, dando maior destaque às que desenvolvessem a “veneração, o apego e a bondade”. Mas era o papel de mãe que ele destacava, mesmo porque, além dela gerar os filhos, era a educadora primeira da moral, dentro da família. Diz ainda que o menino, quando chegasse aos seus quatorze anos de idade, deixaria de ser educado pela mãe e passaria a ter uma educação sistemática, feita pelo sacerdócio. “Assim, o positivismo, reduzindo toda a moral humana a viver para outrem, limita-se realmente a sistematizar o instinto universal, depois de ter erguido o espírito teórico até o ponto de vista social, inacessível às sínteses teológicas ou metafísicas”. (COMTE, 1996, p.270)

A mulher, para Comte (1996, p.169), era importante tanto na educação doméstica quanto na passagem dos costumes cívicos de uma nação, desde que tivesse cumprido sua vocação natural para o casamento, estando apta a casar-se quanto completasse seus vinte e um anos de idade. “Como o principal ofício das mulheres consiste em formar e aperfeiçoar os homens, seria tão absurdo quanto injusto glorificar um bom cidadão, se deixasse de honrar a mãe, a esposa etc., a quem foi devido sobretudo o sucesso dele.” (COMTE, 1996, p.172)

“Sentimos, então, que a verdadeira felicidade resulta sobretudo de uma digna submissão, única base durável de uma nobre e vasta atividade”, (COMTE, 1996, p.271) desse ser responsável pela humanidade.

O duplo ofício fundamental da mulher, como mãe e como esposa, equivale, em relação à família, ao poder espiritual no Estado. [...] Toda mulher deve, pois, ser cuidadosamente preservada do trabalho exterior, a fim de poder preencher dignamente sua santa missão. Voluntariamente encerrada no santuário doméstico, a mulher aí promove livremente o aperfeiçoamento moral de seu esposo e de seus filhos, cujas justas homenagens ela aí dignamente recebe. (COMTE, 1996, p.278)

Mesmo assim, sendo ela delimitada como que restrita ao espaço doméstico, para Saffioti (1979, p.210) sua educação foi pensada como oferecendo a possibilidade de se fazer justiça social em relação aos homens, ou de se realizar uma real mudança na organização social, para o progresso do país, na Primeira República. Essa organização da educação nacional vai dar contornos ao novo modelo educativo proposto para as mulheres, primeiramente oferecendo escolas normais para formar professores de ambos os sexos, mas principalmente, devido às necessidades históricas da época, isso levaria os homens a ocuparem outras profissões mais rentáveis. A profissão docente foi, então, se feminilizando.

A escola pública de ensino normal, idealizada (educação escolarizada para a mulher), tinha por projeto pedagógico a educação moral. Essa educação tentaria fazer as alunas seguirem a lógica de um patriotismo ou de um nacionalismo seguindo as virtudes individuais, tais como doçura, humildade, simplicidade, obediência e solidariedade, atitudes estas que também reproduziriam quando fossem professoras de seus futuros alunos e alunas. Não era o conhecimento que entrava em discussão e sim os sentimentos e as emoções humanas, que, afetos aliados a ciências como a biologia e a psicologia, reforçariam ainda mais o aspecto individual dos homens.

As atitudes particulares de cada indivíduo deveriam ser trabalhadas para que a sociedade não ficasse na desordem total. E uma das formas mais utilizadas para fazer isto foi mobilizar os sentimentos humanos nas escolas normais, trabalhando com as emoções individuais de cada aluna. A paz, o amor ao próximo, o ser voluntário na comunidade eram formas de se manter a ordem na sociedade, transmitidas às alunas, nas escolas normais, através dos conteúdos que valorizavam as sensações humanas. Não se quer dizer que as sensações humanas não sejam importantes para o conhecimento, mas o que foi proposto era que os dados sensíveis e os sentimentos eram mais importantes que o conhecimento a ser ensinado às alunas, futuras professoras, para formar o cidadão democrático. Era mais útil se ter uma aluna que não aprendesse muito mas que fosse disciplinada do que se ter uma aluna inteligente que fosse indisciplinada e questionadora.

As mulheres e os proletários, que esta exposição tem principalmente em vista, não podem nem devem converter-se em doutores, e nem eles o querem. Todos, porém, precisam compreender quanto baste o espírito e a marcha da doutrina universal, para imporem a seus chefes espirituais uma suficiente preparação científica e lógica, sobre a qual repousa necessariamente o ofício sistemático do sacerdócio. (COMTE, 1996, p.132)

Os sentimentos e as emoções, numa perspectiva a-histórica, foram escolhidos pela burguesia como base do entendimento da realidade social. A retórica de se ter justiça e ética para mobilizar os corações humanos era o que prevalecia, utilizando-se muitas vezes do método indutivo da observação e experimentação, pautado na psicologia, que servia a uma lógica burguesa datada historicamente.

A educação feminina, tanto na educação doméstica quanto na escolar, torna-se uma preocupação de quase todos os países. Historicamente, o processo de produção da sociedade capitalista pode ser compreendido como o processo de expansão de uma era: a era burguesa de produção. Seus marcos mais significativos, que se estende à educação, estão dados nos países onde este desenvolvimento teve origem, fundamentalmente, na Inglaterra e na França. Concomitante, pela própria natureza do capital este é que tem em sua essência, um forte momento expansionista. Tomou a forma não só de expansão européia mas de conquista mundial que, ao se efetivar, revela o capital e a consciência que o expressa como forma dominante da existência humana.

Diante de uma significativa expansão das forças produtivas e do mercado mundial que movia a virada do século XIX para o XX, no Brasil movimentos em forma de abolição dos escravos e da República, acirados debates em torno do progresso nacional, defesa da educação nacional traduzem formulações de cunho liberal apontando que a sociedade numa dada forma de sua existência burguesia está posta à crítica. No limite desta crítica duas instituições, a família e a escola, como na Europa, passam a ser apontadas como locais, por excelência, da educação do homem que se almejou no Brasil. Na defesa da educação escolar a mulher como educadora-mãe deixa de ter contornos de uma vocação natural adquiridas na educação doméstica, como mãe, para ser a educadora-mãe na educação formal traduzida pelo Estado.

Veríssimo, antes da Liga Brasileira de Higiene Mental, ajudou a montar esta defesa no país quando escreveu, em 1890, um pequeno livro intitulado “A Educação Nacional”. A escolha deste autor, dentre outros que também escreveram sobre o papel da mulher na educação (doméstica e escolarizada), no final do século XIX e início do século XX, tem por justificativa que seu pensamento está presente ainda nas propostas educacionais brasileiras. E também porque a aceitação social de suas idéias, possibilitaram a reedição de seu livro, em 1985, em cujo prefácio José Alexandre Barbosa diz:

escrito num momento em que a sociedade brasileira se preparava para transformações profundas, o livro é modelar, não somente como reflexão teórica acerca da educação no Brasil, mas ainda como indicador de ordens práticas que, de acordo com Antonio Candido, ‘só foram iniciadas, na maioria, depois das reformas dos decênios de 1920 e 1930’. (VERÍSSIMO, 1985, p.11)

A lógica de suas idéias iam ao encontro das necessidades materiais da época, que eram de formar o cidadão com base na unidade familiar e escolar; para tanto utilizavam os atributos morais e sentimentais das mulheres, para manter a ordem social pretendida pelo Estado. Veríssimo é um entre outros intérpretes brasileiros que, influenciados pelo pensamento liberal, tentaram transpor esta teoria para uma realidade periférica de um país recém-republicano, como era o Brasil.

Veríssimo (1985), criticou as reformas educacionais, propostas por Benjamim Constant, no contexto do regime político da Primeira República. Em um artigo publicado no Jornal do Brasil em 1892, escreveu o autor que Constant deveria seguir o modelo de organização de ensino primário e secundário proposto pelos Estados Unidos que deu ênfase à formação moral. Defendia-o em nome do “bem da unidade da Pátria, indispensável, quando a reforma do Sr.

Benjamim Constant criou no Pedagogium um órgão que deveria ser o fator consciente dessa obra de unificação moral”. (VERÍSSIMO, 1985, p.15)

A pretensão do autor era a unificação de um órgão nacional de educação que tivesse em sua diretriz metodológica a educação moral como finalidade primeira, defendendo uma educação pública nacional oferecida a todos. Para tornar o homem como cidadão. Suas propostas não eram simples abstrações. Suas críticas, tendo por objetivo a formatação do Estado nacional, eram dirigidas ao “desinteresse dos poderes públicos por esta função de velar pela educação nacional [...] de sorte que nenhuma inexatidão há em dizer que no Brasil o ensino público não existe” (Idem, 1985, p.29). Escreve ainda:

Este livro foi escrito logo após a proclamação da República. Não me arreceo de dizer que o foi com a máxima boa fé e sinceridade. Meditei-o e escrevi-o na doce ilusão e fagueira esperança de que o novo regime, que só o propósito de ser de regeneração para a nossa Pátria legítima, havia realmente de ser de emenda e correção dos vícios e defeitos de que os seus propagandistas, entre os quais me poderia contar, levaram mais de meio século a exprobar à monarquia.

Ao seu ingênuo Autor, desde a juventude dedicado, com ardor e estudo, às questões de educação, parecia que tanto a filosofia especulativa como a experiência da humanidade certificavam que o meio mais apto, mais profícuo, mais direto e mais prático de obter emenda e correção, era a educação. E assim pensando, ingênua talvez mas convictamente, ele o escreveu num verdadeiro alvoroço de entusiasmo para, do fundo da sua obscuridade provinciana, propor este expediente como o mais azado às intenções que acreditava existirem no novo regime e às condições do País. (VERÍSSIMO, 1985, p.13)

Percebe-se que, movido pelo desejo de acreditar no movimento de mudança para um novo regime político o autor tentou propor uma educação brasileira nos moldes do liberalismo. Nesta luta escreveu: “aceito, na prática ao menos e como um fato ainda por muito tempo necessário, o princípio da intervenção do Estado em matéria de instrução pública”. (Idem, 1985, p.15)

Nesta linha de raciocínio de partir da educação para criar o Estado que Veríssimo (1985), no seu livro intitulado “Educação nacional”, dedicou um capítulo à educação da mulher brasileira.

As necessidades da vida contemporânea, as suas exigências imprescritíveis, mais que as nossas teorias sentimentais ou racionais, vão modificando na nossa sociedade, mais rápida e profundamente do que talvez se carecia, os nossos costumes e hábitos em relação à mulher. O que ainda se discute, ou apenas se ensaia, com ares de ousadia, em países como a França, o ensino misto, a coeducação dos sexos, pratica-se no Brasil há mais de vinte anos, sem que haja dado motivos consideráveis de queixa. As netas de avós que só saíam de casa nas ‘quatro festas do ano’ vivem hoje mais na rua que no lar e se freqüentam quase tanto a igreja como o teatro é porque a igreja, com as suas decorações aparatosas e brilhantes, os seus padres moços e gamenhos, as suas cantoras de teatro e de nomes preconizados nos jornais, a música de ópera, os seus barítonos, baixos ou tenores profissionais, celebridades do palco, angariados como chamariz à devoção galante, é também um divertido lugar de espetáculo, um prazo dado de elegância mundanas, um salão. As filhas de mães que não sabiam ler ou apenas liam o seu livro de missa e outras devotas obras devoram os Bourgets, os Prévosts, os Ohnets e outros clássicos do sentimentalismo francês. As netas de avós que não vestiam senão de preto e modestamente, nem punham na cabeça sobre os seus bandós achatados outro toucado que um lenço atado sob o queixo, uma mantilha ou, raro, um discreto chapelinho, rivalizam em copiar o vestuário estapafúrdio e equipático e até as maneiras e gestos daquelas mulheres cujo apelido suas avós nem sequer pronunciavam, por não ter a sua castiça língua portuguesa, única que sabiam, um termo menos indecoroso com que nomeá-las, e que uma senhora pudesse dizer.

Estolidez, porém, seria revoltarmo-nos contra estas modificações na vida da mulher brasileira; elas decorrem logicamente das mudanças, ou do progresso, se assim lhe quiserem chamar, da mesma sociedade brasileira. Não me parece fundada a opinião de ser a mulher mais conservadora do que o homem; ao contrário, creio que, sendo ela de natureza mais nervosa, de sensibilidade mais aguda, como parece, até cientificamente provado, é por isso mesmo menos conscientes e mais volúvel. Móbil como a onda, chamou-lhe um dos seus maiores poetas, Shakespeare. Esta maior mobilidade, esta maior capacidade de se afeiçoar às circunstâncias e condições de existência, e mudar muito mais facilmente que o homem, de condição e de caráter, de onde lhe veio a fama universal de inconstante, e da qual a história e a vida oferecem ilustres exemplos, facilitou, no Brasil, como em Portugal, a transformação da mulher dos tempos antigos, a nossa velha *dona* honesta, severa, ignorante e, como quer que seja, indolente, nas nossas mulheres de hoje, que tocam piano, cantam e representam até em espetáculos públicos, falam Francês e, às vezes, Inglês, vestem como as de Paris, saem sós, fazem elas as suas compras e os seus casamentos, lêem romances, freqüentam conferências literárias, não só conversam mas discutem com os homens. jogam nas corridas de cavalos ou nas bancas dos roleteiros, começam a jogar o *croquet* e o *lawn-tennis* e a montar bicicletas em trajes masculinos, e principiam a interessar-se pelo feminismo. (VERÍSSIMO, 1985, p.120-121)

Ao apontar seu ponto de vista diante da realidade posta escreveu pautando-se numa pretendida crítica.

Toda essa ‘civilização’ é mais superficial que profunda, e procede mais modista, do cabeleireiro, da costureira, do romance francês, do jornal de modas ou do magazine ilustrado e fútil, do colégio das irmãs de caridade, seminários de elegâncias mundanas, da vida frívola das cidades de verão ou d’águas e do contato direto ou indireto, mas de regra superficialíssimo com a Europa, que de uma sólida cultura do espírito, que lhe desse da vida, dos seus deveres, das suas obrigações para com a humanidade, do mundo uma noção mais larga, mais exata, mais positiva e mais completa do que tinha suas avós. (VERÍSSIMO, 1985, p.121)

Para ele um moralista:

todo programa de educação há de atender a duas condições, o interesse do educando e o interesse da coletividade em vista da qual se faz a educação. O interesse do educando é indicado pela natureza ou emprego da atividade a que ele se destina; o da coletividade, pelas suas condições e prospectos no meio das outras sociedades humanas. A mulher brasileira, como a de outra qualquer sociedade da mesma civilização, tem de ser mãe, esposa, amiga e companheira do homem, sua aliada na vida, criadora e primeira mestra dos seus filhos, confidente e conselheira natural do marido, guia da sua prole, dona reguladora da economia da sua casa, com todos os mais deveres correlativos a cada uma destas funções. [...] requerer-se-iam na mãe de família mais capacidades do que têm de comum ainda os mais capazes chefes de Estado. Se esse ideal, como todos os ideais, não pode ser atingido, nem devemos abandoná-lo, porque, em moral, para alcançarmos o mínimo compatível com a imperfeição humana, havemos de pretender o máximo. (VERÍSSIMO, 1985, p.121-122)

Por mais que Veríssimo (1985, p.125) elevasse o papel da mulher como sendo a retentora dos vícios e defeitos do homem brasileiro, afirma, que para esta missão deveria ser educada “cumpre-nos começar por melhorar o principal órgão da educação de uma sociedade, que é evidentemente a mulher”. Ele recebeu a influência de autores da época que atribuíam à mulher a condição de ser inferior ao homem. Um exemplo disto é a fala do autor defendendo que a educação da mulher em ciências gerais não necessitava ser aprofundada porque “a sua inteligência, [...] continuo a reputar inferior à do homem”. (Idem, 1985, p.123)

Nesse sentido, mesmo que a mulher fosse considerada como sendo inferior ao homem, ela serviria como elemento central nas duas formas de se realizar a educação moral ou a educação do caráter: a primeira seria através da educação doméstica e a segunda pela educação escolarizada. Entenda-se aqui escola normal como educação para formar professores primários.

Quanto à educação doméstica, que seria realizada no espaço privado da família, pela primeira educadora dos homens, as mães, escrevia ele que “na família, a ação da mulher é maior que a do homem, não só em atmosfera de amenidade e delicadeza que esta cria ao redor de si, como pela sua maior permanência no lar” (Idem, 1985, p.74) Diz que a mulher brasileira era uma mãe fraca, de caráter passivo e indolente, frágil na educação de seus filhos, pela influência da educação feminina portuguesa, que auxiliou na sua formação.

A educação doméstica, de acordo com Veríssimo (1985), promoveria a elevação do “caráter nacional”, que por sua vez também auxiliaria na educação escolar, pois as normas, as regras, os costumes morais deveriam ser iniciados na família pela ação educativa da mulher. Para ele, tal era a função da “educação doméstica, por ventura o mais poderoso agente da cultura moral e, finalmente, o meio, isto é, o complexo de forças físicas e morais que sobre nós atuam” (Idem, 1985, p.73)

A educação do caráter que as mães deveriam passar aos filhos seria a forma mais elevada da educação moral, e que necessariamente deveria aumentar o altruísmo e diminuir o egoísmo dos filhos. Mas para isto acontecer, segundo Veríssimo (1985), citando Alexandre Martin, teria que

se “desenvolver e educar nelas afeição, a necessidade de carências, a compaixão pelo sofrimento, a liberdade, a simpatia, em suma, [...] as emoções sociais”. (Idem, 1985, p.75)

Por sua vez, essa necessidade de educar o caráter dos brasileiros surgia, segundo ele, do aumento dos “vícios”, que eram enormes, e também era decorrente da falha na educação doméstica e da falta de vontade do povo de fazer alguma atividade. E para corrigir estes “vícios” nos cidadãos o autor propunha, de início, a educação doméstica, que deveria disciplinar as regras e as normas a serem seguidas na instituição familiar e escolar (escolas normais), seguindo modelos de países “mais viris e mais fortes”, como Inglaterra, Alemanha, França e Estados Unidos.

No ponto de vista social, que mais nos ocupa neste trabalho, é urgente no Brasil modificar esta parte do nosso anárquico e defeituoso sistema de educação, estabelecendo a disciplina doméstica e a escolar, desde o ensino primário ao superior, como indispensável tirocínio para a disciplina social, base da segurança e do estado e laço da solidariedade nacional. (VERÍSSIMO, 1985, p.78)

Era uma proposta educativa que visava formar o homem para a vida, iniciando-se na família até chegar à instituição escolar. No dizer do autor, seria uma educação da sociedade, que começava pela educação feminina. Porém, mesmo que se considere que muitas de suas idéias continham o “idealismo pedagógico”, suas propostas também eram movidas por transformações contemporâneas, que estavam acontecendo, de fato, no mundo e no Brasil. Teorias como positivismo, socialismo e anarquismo, entre outras, eram debatidas na sociedade, tanto na brasileira quanto na da Europa, e é sob essa influência do progresso civilizatório que Veríssimo (1985), propagandista do positivismo no Brasil queria mudar a educação nacional. E para essas mudanças, elegia a mulher como ponto principal do desenvolvimento da civilização. Ressaltava que essa educação nacional estava em processo de “evolução”, pois ainda se encontrava falha quanto à educação moral a ser transmitida ao futuro cidadão da pátria.

Falou-se até o momento, de acordo com Veríssimo (1985), da importância da mulher na educação doméstica, com base no conteúdo moral, e agora vai se ater, de forma geral, no que seria a educação escolarizada para este autor, formulando uma pergunta básica: Quem iria educar a mulher para ser mãe e professora? Para ele há vários anos esse tipo de educação feminina estava acontecendo de forma errada “com a criação das escolas normais, para formar professoras primárias. [...] essas escolas indevidamente chamadas normais nada têm que especialmente lhes mereça essa denominação”. (Idem, 1985, p.125-126) Diz ele que as escolas normais, quando foram criadas, representavam o que havia de mais moderno em termos de ensino, e uma vez que tinham por objetivo formar as “mestras para as escolas públicas, serviram geralmente à propagação da instrução feminina, pois foi em toda a parte a sua freqüência considerável.” (Idem, 1985, p.125)

Esta freqüência considerável de mulheres nas escolas normais não era porque essas escolas fossem exclusivas para as mulheres, pois o ensino era dirigido a ambos os sexos, mas com o desenvolvimento da industrialização os homens começaram a se ocupar de funções mais rentáveis do que ser professor primário, mesmo que aí seu salário fosse maior do que o das mulheres. No entanto, esse processo histórico de aumentar o número de mulheres interessadas em fazer o curso normal possibilitou o que conhecemos atualmente como sendo a feminilização do magistério.

Em suma, Veríssimo queria que se passasse às educandas femininas o conhecimento da língua, da história e da geografia nacional. Entendia que antes de copiarem os conteúdos de disciplinas

de escolas normais francesas era necessário primeiro conhecer o próprio país, em todos os seus aspectos, para elevar-se na educação moral; no entanto, ele não queria fazer dessas educandas

físicas e químicas, nem zoologistas ou botânicas, senão de dar-lhes, de cada uma destas ciências, ou antes dos fenômenos do seu domínio, as noções positivas, exatas, claras, mais necessárias à compreensão do mundo e da vida e das leis do universo, conhecimentos a que por via-de-regra são as mulheres inteiramente alheias, e no entanto indispensáveis a sua tarefa de primeiras educadoras do homem. (VERÍSSIMO, 1985, p.127)

Quanto às recomendações aos médicos sobre a higiene mental, o autor previa o cuidado com o corpo através da educação física, além das disciplinas de fisiologia humana e higiene que existiam nas escolas normais, as quais, segundo sua opinião, eram falhas em melhorar os cuidados com a saúde da população. Nisso, era influenciado pelos estudos do biologismo de Herbert Spencer e da psicologia, associando o desenvolvimento corporal ao intelectual. Afirmava que “como a educação espiritual (intelectual e moral) tem por fim preparar um espírito culto e bom, assim à educação física compete formar um corpo robusto e são, completando ambas o fim superior da educação, que é formar o homem bom, instruído e forte”. (VERÍSSIMO, 1985, p.83)

Veríssimo (1985) diz que os filhos brasileiros eram entregues aos cuidados das escravas, das mucamas, e que elas não tinham nenhuma qualidade nas ações educativas para elevar a moral dessas crianças, por consequência, da educação da sociedade brasileira. Para que isto não acontecesse mais ele recomendava que esses “vícios” e hábitos fossem “corrigidos de acordo com os ensinamentos da higiene e da pedagogia infantil”. (Idem, 1985, p.84) Quanto aos ensinamentos da higiene, eram de responsabilidade dos médicos para que, com suas intervenções na família e na escola, pudessem elevar a educação física, moral e intelectual ao patamar da educação nacional, com base na “psicologia, não a Psicologia do nosso obsoleto e como quer que

seja ridículo ensino de Filosofia, mas a Psicologia Científica, cuja a base é a Biologia e a Filosofia.” (Idem, 1985, p.84)

Finalizando, para o autor, os médicos, com base nas teorias biológicas, teriam como tarefa, quanto aos cuidados higiênicos individuais, convencer a população de que o sistema educacional deveria conter em seu projeto pedagógico a disciplina de educação física como exercício da educação moral que seria necessária ao progresso da pátria. Sendo um crítico da realidade social brasileira, escreve que sempre as coisas no Brasil estavam prestes a serem feitas e que os intelectuais brasileiros deveriam seguir os exemplos das normas higiênicas de países civilizados, onde “médicos, fisiologistas, higienistas, pedagogos multiplicam em livros, em revistas e nos mesmos jornais diários conselhos, prescrições, alvitres ou direções sobre todos os diversos aspectos que pode apresentar o interessante problema da educação física”. (Idem, 1985, p.88)

SEGUNDA PARTE

EDUCAÇÃO BURGUESA: A MULHER NO DISCURSO DOS MEMBROS DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL

O papel da vida affetiva no conjunto do desenvolvimento psychico não deve ser desprezado, e o hygienista e o pedagogo devem consagrar a estes processos esforços educativos especiaes. (RADECKI, 1925, p.65)

3. A HIGIENIZAÇÃO DA MULHER QUE EDUCA

No processo de desenvolvimento da ciência médica, na forma da psiquiatria, a mesma foi requisitada, na lógica burguesa da época, para auxiliar numa tentativa de higienização dos costumes (saúde e educação) tendo por objetivo a busca de adaptação do indivíduo ao meio social. Neste exercício, a prática-social não era explicada pela contradição histórica que marca as relações de classes na sociedade capitalista, mas pela filosofia política-burguesa que expõe dentre outros o ideal de felicidade individual e ou da humanidade como ponto de partida da reflexão social. A felicidade, como destino do homem que se quer na pátria, é enfatizada pelos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental como categoria fundamental da educação. A defesa da higiene mental traz no discurso da Liga Brasileira de Higiene Mental este traçado.

.

Em artigo escrito por um de seus membros, o Dr. J.P. Fontenelle, o mesmo trata da “higiene mental e educação” justificando o próprio trabalho da Liga Brasileira de Higiene Mental:

A rápida evolução que vae tendo a hygiene publica, como forma de actividade social baseada na utilização das sciencias physicas e biologicas, levou-a a alargar grandemente as suas responsabilidades, incluindo um trabalho constructor de natureza nimiamente activa, muito além da simples passividade de defesa contra a doença. (FONTENELLE, 1925, p.1)

Esta a defender o compromentiemnto da Liga Brasileira de Higiene Mental com a parte “physica do organismo humano”.

Ao mesmo tempo, considerando a importancia essencial da actividade psuchica, profundamente entrelaçada no funcionamento da parte physica do organismo humano, a hygiene mental começou a surgir como cogitação especial. Essa hygiene mental apresenta duas faces: uma, tendo em vista o trabalho defensivo contra as causas de degeneração pschica, é a prophylaxia mental; outra, procurando preparar o equilibrio de adaptação entre a mentalidade individual e o meio physico e social, é a hygiene mental propriamente dita. (FONTENELLE, 1925, p.1)

A presente pesquisa esta preocupada com o equilíbrio entre o individual e o social proposto pela educação psicologica do ser social. Para Fontenelle (1925, p.2) essa formação psiquica “encontra na educação a forma util de realizar-se”, podendo promover sucessos de ajustamento e “efficiencia e felicidade do individuo”.

Para o autor a “psycologia” não só é “a base scientifica da hygiene mental” e “fundamento da saude physica”, mas também a ciência que pode levar o indivíduo a criar valores corretos e bons hábitos dirigidos para “ideaes bem determinados”. (Idem, p.3) O ideal burguês de vida como vontade geral de uma existência traçada para o Brasil como progresso, vem sempre marcado pela idéia de felicidade. Ela sintetisa no terreno da educação tudo aquilo que a Liga Brasileira de Higiene Mental almeja como hábitos e costumes e se coloca como uma direção a ser perseguida pela nação e seus membros. A adaptação do indivíduo ao mundo burguês tras esse traçado filosófico, que esta subjacente em informações como a que segue:

Pondo de lado os factores physicos que podem perturbar a formação e o desenvolvimento da bôa estrutura mental ou psuchica, desejo insitir, agora, com mais minuncias, meste pequeno trabalho sobre o problema educativo de preparar a adaptação perfeita do adulto futuro, pela criação de bons habitos mentaes. O problema pertence aos que se enquadram na acção mais util da hygiene moderna, que visa automatizar as boas normas de conducta, para assegurar, desse modo, a saude. (FONTENELLE, 1925, p.3)

É esta preocupação com a adaptação burguesa do adulto futuro, que leva os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental a escreverem sobre a mulher aqui colocada como nosso objeto de

estudo. A preocupação com a educação dessa mulher como mãe ou como professora aparece com constância nos documentos analisados. A citação abaixo ajuda nessa compreensão de transformação da “mãe ignorante” em mãe e professora enquadradas nos princípios morais e de saúde da Liga Brasileira de Higiene Mental:

Pouca gente reffecte que a experiencia da criança começa logo depois do nascer e que, assim, a formação de habitos mentaes se inicia com a propria vida post-naral. Mcfie Campbell, que fez um estudo dessa experiencia dos intantes, disse muito bem que a hygiene mental começa quando a criança é posta ao seio para mammar, pois que a mãe ignorante, que alimenta o filho cada vez que elle chora, ensina por essa forma a dominar a situação pela violencia. Ao contrario disso, urge desde logo dar á criancinha habitos de regularidade, para dormir e para alimentar-se.

A felicidade futura dos indivíduos vae grandemente depender dos primeiros habitos que lhe vão ser inculcados e esse trabalho não deve ser, de forma alguma retardado. Um menino que se acostumou a governar a familia (e entre nós o caso se dá muita vezes do que se possa crer), quando adulto ficará suprehendido de sentir que os seus comparsas na vida não lhe querem obedecer: isso enfurecerá, fal-o-á decontente e infeliz. Frequentemente é assim que os individuos deixam de poder adaptar-se ás condições sociaes e escapam ao circulo que os aperta, eliminando-se do convivio social ou até da propria vida. E, no entanto, tinham, muita vez, a estrutura mental perfeita; apenas a educação fôra errada e falhara ao seu proposito principal. Este pequeno exemplo serve para raciocinar sobre os habitos mentaes que é preciso formar o mais cedo possivel. (FONTENELLE, 1925, p.3-4)

No conjunto desta pregação, a higienização da mulher apontada fundamentalmente como educadora por natureza e assim defendida pela Liga Brasileira de Higiene Mental proposta pelos médicos psiquiatras e outros que o acompanham tem por objetivo fazê-la, como colaboradora, apta a cumprir a sua função na Liga, ou seja, desenvolver a contento o papel de higienizadora dos costumes sociais. Nesse esforço, vale lembrar que a preocupação com a formação dos higienistas ocupa um lugar significativo nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental da publicado pela a mesma. Serve aqui, para explicar esta preocupação, a citação em ata de reunião da mesma – secção permanente – sobre a necessidade de produzir-se “apóstolos bem seleccionados”, inclusive entre a própria classe médica ligada ao processo de higienização mental dos brasileiros:

A educação da criança, nesse sentido, no lar ou na escola, o tratamento, a sequestração, a reeducação em sanatórios especiaes, as instituições de temperaça, as conferencias públicas de propaganda contra o alcoolismo, todos esses e quaesquer outros processos não terão effeitos duráveis senão quando entregues a quem, não si se dedique de corpo e alma, mas onde certo no motivo e no querer de agir e de viver. (LOPES, 1925a, p.148)

Como se pode perceber, na luta por uma forma de vida apresentada como verdade inquestionável os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental se preocuparam com a formação dos próprios membros que nela atuam mas pretendem, destes, total envolvimento com o que é proposto. Devem-se postar como verdadeiros apóstolos da causa higienista. Na mesma ata escrita por Lopes (1925a) lê-se logo a seguir uma citação que complementa a acima feita ajudando a entender os esforços que estavam sendo requisitados pelos médicos higienistas:

E como se ligam entre si e se penetram todos os phenomenos sociaes, tem por si, diz o Dr. Panafiel, que os membros da Liga de Hygiene Mental devem alliar-se a sócios de ligas de temperança, de associações a fundar-se também contra o abuso do tabaco, contra a licenciosidade das ruas e dos bailes públicos, nos salões de hotéis, entre famílias, contra a prostituição, contra o jogo, etc., na resistência commum, numa frente unida e única. (p.148-49)

A formação de costumes com o objetivo a daptar a população a uma forma almejada de vida está revelado na filosofia e na pedagogia que embasa os discursos e projetos descritos nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental analisados. Pedagogicamente, a Liga Brasileira de Higiene Mental não buscou uma educação reflexiva. Trata-se de levar a criança a acreditar naquilo que o educador ensina e a tradição confirma como medida social de formação de valores. Valores que deveriam ser assumidos como dever inquestionável pela mulher educadora e pela população em geral. Como se segue, a autoridade da Liga Brasileira de Higiene Mental, a autoridade do Estado e a autoridade do educador eram vistas como natural e necessária para atingir uma dada unidade

higiênica no país enfatizada no seu objetivo geral como possibilidade pessoal e coletiva de aumento de felicidade:

As regras da moral religiosa, o código penal, as leis tradicionais, etc., não são outra coisa mais do que os extratos formulados dos conjuntos de valores, que cada pessoa é obrigada a observar na sua vida particular e coletiva além dos valores elaborados pela experiência individual.

Onde quer que a coletividade social ou o governo opere com a força exercida sobre os subordinados, elle deve poder impor os valores negativos no caso de não obedecerem às suas ordens. O castigo representa neste caso o valor negativo que cada indivíduo tem que tomar em consideração na deliberação de suas acções.

Os valores introduzidos pelo educador na vida da criança além do castigo utilizam a autoridade do educador, isto é, a fé na crença de que os valores fornecidos pelo tutor vão aumentar sua felicidade, embora a criança pessoalmente não tenha experimentado tal argumento no passado.

Tudo o que foi estabelecido anteriormente relativamente á influencia da educação sobre a criação das concepções acha a sua mais vasta applicação applicação pratica na influencia exercida pelo educador sobre a formulação na crença das concepções de valor (RADECKI, 1925, p. 75-76)

Nesse processo educativo o pensamento médico higienista apontava para uma definição dos hábitos dos indivíduos centrado numa concepção “moderna de família” com mente feliz e corpo saudável. Essa preocupação com o núcleo familiar feliz e saudável fisicamente dá direção filosófica e biológica do projeto social de adaptação do indivíduo ao meio e se fazia acompanhar, no plano material, da crise gestada no processo histórico do modo de produção capitalista que apontou, dentre outros, para as duas guerras mundiais que marcam a primeira metade deste século.

Para os autores europeus que influenciaram o pensamento formatado pela Liga Brasileira de Higiene Mental como Comte que no terreno dos levantes sociais dos meados dos oitocentos, portanto, num período de significativos conflitos sociais, não analisou a sociedade como luta de classes, a crise política instalada na França da época não era somente social mas, sobretudo, de

perda moral, de degeneração dos costumes. Exatamente por isso ele chegou a propor uma religião ou uma doutrina positivista traduzida dentre outros escritos na forma de um “Catecismo Positivista” através do qual o “sacerdote filósofo” busca elevar o espírito humano para a ordem social. Com sua teoria ele propunha regenerar a espécie humana tendo como aliada a mulher-educadora, considerada por ele como ser do sexo afetivo capaz de educar e manter na ordem e na felicidade e na paz da família (o espaço doméstico) e, correspondentemente, a própria sociedade assim entendida. Nesta defesa escreveu o autor:

Quando os costumes normais tiverem assaz conciliado o serviço doméstico, sobretudo feminino, com o pleno surto das afeições de família, o culto positivo fará sentir profundamente a superioridade moral da primeira situação em que o devotamento se manifesta mais puro e mais intenso. (COMTE, 1996, p.188)

Esta idéia de devotamento como princípio de formação moral foi incorporado pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Em outras palavras: na gênese da Psiquiatria, a educação, como devotamento à idéia de felicidade e progresso, também se pautava no desenvolvimento dos sentimentos morais proposto pelo culto positivista e conduziu à defesa da higienização da mulher no Brasil objetivando-a como principal educadora no seio da família e na escola.

Como bem lembrou Costa, a Liga Brasileira de Higiene Mental, ao privilegiar o sentimento sobre a razão “o amor entre os pais e filhos tornava-se a energia moral responsável pela coesão familiar” (1989a, p.87). A família passou a ser representada como possibilidade de construção de um espaço social feliz, e se revelou como um espaço ordenador de um equilíbrio social, que se pretendia presente na sociedade. Historicamente o conteúdo dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental, no que se refere à educação familiar e escolar, reflete principalmente as concepções dos higienistas franceses e americanos da época.

O final do século XIX, e o início do XX no Brasil, até o ano de 1930, é um período histórico que delineou acontecimentos sociais, políticos e econômicos significativos para a organização da ordem social vigente: a abolição da escravidão, a proclamação da República, a luta pela industrialização, a nova feição das cidades, o aumento do comércio internacional, as correntes imigratórias e, principalmente, a presença de contingentes populacionais livres concentrados no espaço urbano deram nova complexidade à estrutura social do país. A preocupação com a saúde física e a educação moral (higiene mental) da população, tidas pelos médicos higienistas como prioritárias, traduzia um desses acontecimentos.

A filha, a noiva, a esposa, a mãe, a professora tomam significado social numa proposta de higienização mental que incluía a própria higienização da mulher como educadora. A mulher, nessa época considerada psicologicamente como sendo um ser frágil e sensível tinha intelectualmente delimitado, como que naturalmente pertencente a ela, o espaço familiar, escolar e assistencial, voltados todos eles para a educação. Os médicos higienistas, em nome da “civilização burguesa”, aliados a essa agente educativa, propunham aos membros da família exercícios disciplinares, tais como comportamentos, regras, atitudes e valores morais que deveriam ser seguidos por todos os integrantes do Estado e perseguidos como ideais de vida. Rago sintetiza este movimento como o traçado de um “novo modelo de feminilidade” para a mulher e a gestação de toda uma preocupação com a infância do ser social:

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e uma preocupação especial com a infância, percebida como riqueza em potencial da nação, constituíram as peças mestras deste jogo de agenciamento das relações intrafamiliares. À mulher cabia, agora, atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários, estar a par de todos os pequenos fatos do dia-a-dia,

prevenir a emergência de qualquer sinal da doença ou do desvio. Complementarmente, a criança passou a ser considerada como ser especial, que requeria todos os cuidados dos médicos, novos aliados da mãe. (RAGO, 1985, p.62)

Da mulher era cobrada uma atuação patriótica, sendo a mesma alvo de campanhas que pediam a sua colaboração contra os males que se alastravam pelo país:

Com a publicação dos presentes 'Archivos', vem a Liga Brasileira de Hygiene Mental dar cumprimento ao § 4º do art. 2º dos respectivos Estatutos, segundo o qual deverá, 'para consecução dos seus objetivos, publicar periodicamente os seus trabalhos em revista por elle mantida'.

Os 'Archivos Brasileiros de Hygiene Menatal' apparecerão duas vezes em 1925, sendo proposito da Directoria da Liga publical-os com mais frequencia nos annos subseqüentes.

Todos os artigos publicados na primeira parte da revista são ineditos e da lavra de associados pertencentes ás secções technicas da Liga.

O criterio adoptado para a ordem de collocação dos varios artigos foi estrictamente o dos datas de sua entrega.

Não será demais talvez accentuar neste momento aos leitores que as publicações da Liga, longe de se limitarem a este typo de revista scienifica, destinada sobretudo a orientar os que desejam collaborar na campanha pela hygiene mental - compreenderão ao contrario, especialmente os boletins e prospectos de propaganda, alguns já elaborados, outros em via de organização, com que a Liga procurará diffundir nas camadas populares as normas de hygiene neuro-psychica já sancionadas pela unanimidade dos especialistas.

De qualquer modo, é intuitivo que a eficiencia da propaganda da Liga, em extensão, dependerá sempre do numero crescente dos que queiram trazer o seu concurso para a grande tarefa social emprehendida.

E como, possivelmente, no Brasil tão vasto, existiam ainda pessoas cultas não informadas das verdadeiras 'directrizes da prophlaxia mental entre nós' (Juliano Moreira) ou do esforço extraordinario das realizações de Gustavo Riedel, pretendem ser os 'Archivos' não só um repositorio do que se publique sobre o assumpto em nosso meio, ou alhures, mas tambem, si possivel, um nucleo de attração de proselytos, no amplo dominio dessa Hygiene Mental, que com justo direito aspira torna-se 'a moral universal de amanhã'.

Deixamos a palavra aos nossos collaboradores.

(A REDAÇÃO, Archivos Brasileiros de Hygiene Mental, 1925, p.1)

Através de propaganda na imprensa, artigos nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental e conferências tanto na Liga Brasileira de Higiene Mental como em entidades sociais como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina, a mulher brasileira era incentivada a se empenhar na tarefa de profilaxia social. Os higienistas

consideravam a mulher uma peça central no combate aos males sociais, e ao alcoolismo em especial. Como o álcool conduzia às penitenciárias ou aos manicômios acreditaram que ela jamais deveria querer isso para os seus filhos e alunos. E educação, neste sentido, era uma emulação moral contra os chamados desvios humanos. Um ideal voltado para uma perfeição era insentivado como ponto de partida para a ordenação da sociedade alicerçada na forma de vida capitalista.

Nesta adaptação à ordem burguesa a mulher-mãe, com seu carinho e afetividade naturais, iria educar os filhos contra as degenerações sociais; a mulher-professora complementaria a educação recebida em casa sobre os perigos dos vícios; a mulher-noiva, pela sua paixão, conseguiria estancar o mau comportamento do noivo causado pelas más companhias; a mulher-esposa, pelo seu amor e carinho, conseguiria muito do seu marido, evitando que o mesmo caísse no vício do álcool. A mulher, enfim, levada pela educação proposta pela Liga Brasileira de Higiene mental a compreender o papel que a mesma lhe reservava deveria ser uma aliada dos progressos higienistas porque ela, defendia-se, como explica Britto (1930, p.204),: “tem sempre representado nos designos da humanidade um papel saliente, eila tem sido sempre vencedora nas lutas em que se tem empenhado. Vence pela tenacidade como vence pela astucia, vence por um olhar como vence por um beijo.” A educação afetiva, no conjunto do discurso psiquiátrico, se fez arma poderosa na luta pela higienização da sociedade. Na vontade dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental em eliminar o alcoolismo pela educação moral a mulher se impões como peça chave. “E no dia em que eila souber e comprhender o papel que lhe está reservado na prophylaxia do alcoolismo, certamente que não recusará a meiguice do seu conselho”. (Idem, p.205)

Como bem lembrou Costa (1989a) mostrando a influência desse passado no presente,

a norma familiar produzida pela ordem médica solicita de forma constante a presença de intervenções disciplinares por parte dos agentes de normalização. De fato, muitos dos fenômenos apontados, hoje em dia, como causa da degradação familiar, nada mais são que conseqüências históricas da educação higiênica. (p.15)

A criança, como futuro do homem, era outro alvo importante para o movimento higienista. Como afirmavam, a infância é a idade de ouro para a higiene mental. A família e a escola passam a ser os campos de ação educativa mais promissoras para os higienistas que não se preocupavam mais somente com a saúde física, mas também com a saúde mental. A mulher-educadora, para os higienistas, é traçada como o ser mais efetivo, que racional, portanto adequada à promover a educação nas crianças. Como lembrou Costa (1989a, p.12), ela foi chamada pela Liga Brasileira de Higiene Mental e “conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época [...]”. Uma tarefa entendida necessária, pelos higienistas, a um país que estava se organizando na formação do espaço urbano e do Estado brasileiro republicano.

A educação higienizadora era o ponto de conexão entre a ordenação urbana solicitada pela indústria no plano econômico e a ordenação do Estado republicano que o acompanhou no plano político. Não por acaso os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental eram defensores da política do Estado e alguns deles ligados a cargos políticos ou próximos do governo vigente.

Com o desenvolvimento da ciência burguesa, nas primeiras décadas do século XX, os médicos higienistas começavam a dispor de subsídios para afirmar que a influência do meio familiar deixava características na personalidade do homem adulto, a partir de suas experiências infantis. Recomendavam um acompanhamento cuidadoso na fase da infância, por ser esse o momento da

formação do psiquismo, o momento em que se estruturaria a personalidade do ser social. Defenderam ser esta fase do desenvolvimento humano o período ideal para a estatização do homem, ou seja, para a sociedade instalar hábitos “sadios” no psiquismo da criança, evitando-se, assim, o que entendiam como surgimento de personalidades desequilibradas. Esposel foi ferrenho defensor desta idéia de hábitos sadios e sem nunca duvidar do que propunha explicou nos seus escritos que higiene mental Costa sintetiza os interesses médicos-estatais de que afirma:

O conjunto de interesses médico-estatais interpôs-se entre a família e a criança, transformando a natureza e a representação das características físicas, morais e sociais desta última. As sucessivas gerações formadas por essa pedagogia higienizada produziram o indivíduo urbano típico do nosso tempo. Indivíduo física e sexualmente obcecado pelo seu corpo; socialmente racista e sentimentalmente centrado em sua dor e seu prazer, socialmente racista e burguês em suas crenças e condutas; finalmente, politicamente convicto de que da disciplina repressiva de sua vida depende a grandeza e o progresso o Estado brasileiro. (COSTAa,1989, p.214)

É nesse modelo educativo-higiênico que a família brasileira vai passar a ter pela educação as indicações das determinações comportamentais desejadas pela classe dominante. No dizer de Costa (1989a) a unidade familiar deveria traduzir o casamento higiênico onde homens e mulheres se unem num contrato social para cuidarem de seus filhos seguindo as regras higiênicas que, além de atenderem aos interesses familiares no cuidado com os filhos, atendiam também, através da criança, aos interesses de uma tentativa de formação de uma raça brasileira para formar um Estado nacional forte e saudável diante do imperialismo emergente. Não há neste discurso qualquer possibilidade para a compreensão da sociedade brasileira como sociedade de classes. Trocaram, dentre outros, classes sociais por indivíduo higienizado; propriedade privada por riqueza comum; interesses particulares de classe por nacionalismo e patriotismo.

Percebe-se que as regras sociais estabelecidas pelos médicos higienistas, como sendo as certas, forneciam formas de comportamentos sociais tanto para a mulher como para o homem no estabelecimento do núcleo familiar burguês. A força moral ou do caráter de uma família deveria gerar e cuidar de uma criança para que tivesse também uma boa saúde física e mental. Nesse caso a mulher, como já havia afirmado Comte, deveria ser eleita a educadora por excelência no espaço doméstico, pois

a domesticidade há de ir sempre aumentando, purificando-se mais de toda servidão primitiva. Tornando-se plenamente voluntária, ela fornece a muitas famílias o melhor meio de servirem dignamente ao Grande Ser, prestando uma assistência indispensável aos verdadeiros servidores dele, teóricos ou práticos. [...] Cumpre, pois, idealizar a domesticidade como o complemento dos laços de família e o início das relações cívicas. (COMTE, 1996, p.182)

A escola também deveria traduzir esta tarefa de iniciar um desenvolvimento na criança voltado para a “civilidade social” solicitada pela filosofia burguesa. Na passagem do século XIX para o XX, Veríssimo, no Brasil, afirmou em defesa da educação da mulher brasileira que a mesma era “o primeiro e principal educador do indivíduo, desde do nascimento, e até ainda bem antes, até a sua morte, [...], segue-se logicamente, necessário, que a educação da sociedade deve começar pela educação da mulher”. (1985, p.116) O que não seria diferente para os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Nos dois capítulos seguintes delimitou-se para análise a explicação, no pensamento proposto pela Liga Brasileira de Higiene Mental, da mulher na educação doméstica e escolarizada.

4 - A MÃE HIGIÊNICA

É no espaço urbano-industrial das cidades que os papéis sociais das mulheres começaram a ser redefinidos pela Liga Brasileira de Higiene Mental, com o objetivo de colocar o homem brasileiro na ordem e na forma disciplinar da vida cidadina: “autorizada por seu caráter científico, a medicina higiênica - como a medicina mental - vai constituir um discurso sobre todas as instituições da vida, invadindo a esfera das relações pessoais para moldá-las seguindo os propósitos da ordem e da disciplina urbanas”. (CUNHA, 1986, p.35)

A redefinição do papel da mulher no espaço familiar, na educação doméstica de seus filhos, ou na educação escolar de seus alunos; ocorre neste contexto mais geral e a ele esta remetida. A educação da família aburguesada no Brasil da época seguiam as regras de civilidade da cidade urbanizada, nos moldes europeus, ou melhor na forma mais avançada do capitalismo, ou seja, uma mudança na ordenação da família brasileira. No período colonial e imperial o modelo de família era aquele ordenado pelo clã calcado na autoridade paterna, e no poder da terra. Para a Liga Brasileira de Higiene Mental estava em questão a ordenação do poder de classe, o Estado de direito e a ordem que ele permitia. Como sintetizou Cunha em seu livro “Espelho do mundo: Juqueri, a história de um asilo”:

constitui mesmo um dos objetos principais de uma medicina posta a serviço da ordem social, e voltada para a constituição de uma família moralizada e higiênica. A mulher torna-se cúmplice do médico na tarefa de moldar a família, e sua importância é enfatizada claramente pelas entidades científicas. (CUNHA, 1986, p.34-35)

É num espaço de mudanças sociais advindas com a indústria e a República, que o movimento higienista impõe, inclusive a figura do “médico da família” criado para normatizar costumes. A mulher, na ordem da família burguesa, como mãe higiênica, esta subordinada não só ao marido mas às idéias propagadas pelos médicos da Liga Brasileira de Higiene Mental

Ao desenvolver sua vocação de mãe e dona de casa, ela é vista como alguém benéfica para a sociedade inteira. Para o homem seria reservado o espaço público do comércio e da política. Essa divisão do trabalho familiar, já apontada por Comte e outros pensadores burgueses, ganham defesa na Liga Brasileira de Higiene Mental.

Para os higienistas a estrutura psíquica dos indivíduos dependeria, na sua maioria, dos fatores hereditários, mas muitas vezes os fatores do meio social interfeririam no psiquismo das pessoas, deixando-as imperfeitas. Na tentativa de evitar essas imperfeições intervinham, através de uma prática efetiva no meio social, tentando estabelecer uma relação entre a educação e a perfeição humana.

Essa ação prática no meio social seria denominada por eles de “profilaxia mental” e tinha como base a ciência da psicologia. Alguns membros da Liga Brasileira de Higiene Mental, dentre eles, Fontenelle e Eposel (1925), totalmente comprometidos com a mesma, além de serem médicos eram também professores de higiene da Escola Normal do Distrito Federal, o que demonstra a estreita relação existente, na época, entre a educação e a higiene mental.

A psicologia, sendo o fundamento da saúde psíquica, de acordo com Eposel (1925) poderia prevenir ou até corrigir as imperfeições, com base na formação de hábitos perfeitos nas crianças,

para um “ajustamento do individuo ao meio physico e social, exibindo o que se póde chamar a saude mental”. (p.103) Ai entra a educação da mãe no seio da família.

Parecia natural, para os higienistas, a ação prática da higiene mental na familia assim como parecia natural a ação da mulher mãe como colaboradora desta causa.

Junto as mulheres em período de gestação seria de pensar o que fazer para o futuro pschico do nascituro. Tudo que evitasse ou minorasse na gestante as commoções, as penas da miseria, os sustos, os medos, os temores, os pavores, as tristezas, as preocupações exageradas e o mais que pudesse ter uma influencia psychica desfavoravel, teria que ser considerado no progrma proposto.

A diffusão dos ensinamentos de puericultura na parte que servisse para amparar e conduzir, da melhor maneira, o desenvolvimento mental dos infantes. (ESPOSEL, 1925, p.103-104)

Numa campanha educativa da mulher mãe e/ou professora em beneficio do reconhecimento da utilidade da higiene mental, os higienistas recomendavam que se divulgassem os ensinamentos da puericultura, tanto nas escolas primárias, secundárias e de nível superior (nesse caso, as de medicina) quanto nas escolas normais, que deveriam ensinar como se processava a fase de desenvolvimento infantil para se poder intervir no momento certo a fim de se evitarem doenças.

Para eles, as Faculdades de Medicina da época se dedicavam de forma insuficiente ao estudo da higiene escolar. Como lembrou Esposel, também defensor da educação cívica e moral, nas Escolas Normais, incluíam a disciplina “intitulada ‘Educação cívica e moral’”. Ahi a parte civica tem maior desenvolvimento, e por isso era preciso que [...] a Liga de Hygiene Mental fizesse maior propaganda e adoptasse um programma pratico para realizar nas massas uma formação moral mais apurada.” (ESPOSEL, 1925, p.104). Trata-se como se percebe, de aburguesar a sociedade, esta tarefa deveria contar com a mulher, dirigir sua formação profissional como algo natural. Porto-Carrero, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, a este proposito escreveu:

Urge manter á mulher o seu sexo: orienta-la para profissões que correspondam devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessaria a aspiração ao mando; educar os dois sexos para o amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade função pouco penosa, pela hygiene physica e mental. (PORTO-CARRERO, 1930, p.164)

Para o autor o papel da mulher não deveria sair de sua vocação natural de ser mãe. Para ele a “a função sexual da mulher não está completa sem a maternidade”. (1930, p.164). A função social da mulher-mãe consistia em assumir a maternidade como missão a ser realizada na ordem natural da espécie humana E, ainda:

A componente materna é indispensavel, na realiação completa do casal; a esposa satisfactoria é aquela que, por seus carinhos e cuidados verdadeiramentes maternas ou rejuvenesce a mãe velha que só pede arrimo, ou resuscita a mãe morta. Meu filho é vocativo commum da esposa para o esposo. (PORTO-CARRERO, 1930, p.159)

Os higienistas no Brasil, por meio de suas ações práticas, tentaram tornar as mulheres boas mães, aptas a terem em uma gravidez saudável, aptas a educarem com amor e carinho os seus filhos. Diante da constatação feita pelos higienistas de que o espaço doméstico estava se transformando pela vida urbana o que possibilitava à mulher sair da vida privada para o espaço público que até então era exclusivo dos homens percebe-se que alguns membros da Liga Brasileira de Higiene Mental estavam temerários diante de uma possível emancipação feminina para além dos papéis elas atribuídos pela Liga Brasileira de Higiene Mental – como por exemplo a amamentação.

Para os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental,

a hygiene mental começa quando a criança é posta ao seio para mammar, pois a mãe ignorante, que alimenta o filho cada vez que ele chora, ensina por essa forma a dominar a situação pela violencia. Ao contrario disso, urge desde logo

dar á criancinha habitos de regularidade, para dormir e para alimentar-se.
(FONTENELLE, 1925, p.3-4)

Para Fontenelle (1925), essa educação doméstica dada pela mãe aos seus filhos, desde cedo, é que evitaria uma estrutura mental imperfeita, já que para ele a doença mental surgia da má adaptação da criança ao meio social. Restringir, portanto, a mulher às profissões da educação não era para os que assim pensavam, desvaloriza-la na ordem da sociedade. A ela cabia a própria formação moral dos indivíduos sociais.

Pedagogicamente mais do que formatar a vontade os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental entediam ser a imitação um instrumento poderoso de educação. Segundo os mesmos a estrutura mental da criança funcionaria segundo o processo de imitação, o que possibilitaria um trabalho educativo no seio da família ligado aos bons exemplos de comportamento apresentados aos filhos pelos pais. A mãe, com um comportamento exemplar, deveria ter sobretudo um pensamento generoso, sendo submissa primeiro ao seu pai e depois ao seu marido, para logo em seguida ser a aliada dos higienistas.

Os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental, ao mesmo tempo que delimitam o espaço doméstico como quase que exclusivo da mulher, deixam transparecer em suas idéias uma posição do pensamento comum na época que dividia as emoções humanas em duas formas: a razão, pertencente ao mundo dos homens, e a sensibilidade e a emoção, quase que exclusivas do mundo feminino. A sensibilidade, a emoção feminina (a afetividade), as obrigações atribuídas pelas mães às crianças eram as ferramentas da educação domestica que deveria domesticar os instintos para a vida almejada.

Seguindo esta trilha, nas suas recomendações sobre educação doméstica Fontenelle (1925, p.4) entende ser necessário dar obrigações progressivas aos filhos, porque para ele era necessário que a “criança se sinta obrigada a dominar os próprios instintos, que gritam exigindo satisfação, mas que precisam ser dominados. A responsabilidade dos próprios atos precisa ser despertada e consolidada”. Percebe-se, aqui, uma nítida influência da pedagogia burguesa clássica já ordenada no século XVII. Influenciado por ela escreveu Fontenelle “educar com severidade e brandura”, e “procurar encher a vida das crianças com atividades de ordem prática, evitando-se, assim, os excessos de imaginação”. (FONTENELLE, 1925, p.4-5) Em suas cartas sobre educação J. Locke teve as mesmas preocupações na educação do pequeno homem burguês que ele defendeu nos seus escritos e definiu como um “gentleman” honrado, político, virtuoso e não intelectual.

Seguindo os ensinamentos do filósofo inglês, Fontenelle (1925, p.5), defendeu que a educação deveria buscar um equilíbrio entre a “moralidade individual e social com o conhecimento da realidade, visando muito mais as recompensas da saúde e da virtude do que os castigos das doenças e do vício”. Esse equilíbrio deve ser buscado na criança pelos pais antes mesmo de se iniciar a educação escolar:

Do que temos visto, ressalta a importância de considerar os primeiros anos, na preparação individual para a vida futura. Pouco a pouco, está caminhando, em nosso meio, a idéia de cuidar-se da saúde das crianças das escolas, de fazer-se-lhes a educação higienica, de examinar-se-lhes systematicamente o corpo e o espírito e de corrigirem-se-lhes os defeitos e desvios. Todavia, para certas questões da saúde physica e para quasi todas as da hygiene mental, é preciso cuidar da criança antes do período de escolaridade. (1925, p.7)

É no espaço da família aburguesada que a figura da mãe torna-se im portante na educação dos filhos, já que a mulher é concebida pelos discursos dominantes da época como naturalmente

determinada para a reprodução e a maternidade. Para a Liga Brasileira de Higiene Mental era preciso formá-las para essa lei de natureza, ou seja,

ensinar ás mães como formar os primeiros habitos de seus filhinhos, adaptando-os da melhor maneira aos problemas iniciaes da vida, como a alimentação, o sonno, o asseio, a disciplina, etc. Mas a verdade é que não poucas mães abandonam os cuidados educativos iniciais a amas e criadas, e que ellas proprias, na grande maioria dos casos, não estão em situação de levar a cabo esse trabalho. Por isso, o desenvolvimento das escolas maternas e jardins de infancia, em numero e qualidade, é uma de nossas maiores necessidades, para fazer a educação dos sentidos, preparar a adaptação das crianças e tornar mais facil e economico o futuro trabalho escolar. (FONTENELLE, 1925, p.8)

Na defesa da vida urbanizada a educação doméstica e a educação escolarizada deveriam se unir num grande esforço de formação social da mulher preparando-a para a execução de seu destino social. Neste momento a educação escolarizada, na forma das Escolas Normais ganham defesa inclusive da classe médica:

Um exemplo concreto: bata-se a Liga pelo melhoramento da instrucção technica das professoras primarias, organizando-se, em bases logicas e uteis, o ensino da Psycjologia nas Escolas Normaes. Desse esforço sahiriam resultados muito apreciaveis, porque assim se multiplicariam as fontes de propaganda dos grandes principios que põem na educação os fundamnetos da hygiene mental, cultivando e preparando as mentalidades individuaes para o correcto ajustamento futuro, base da saude, do trabalho e da felicidade. (FONTENELLE, 1925, p.9)

Nas propostas idealizadas pelos higienistas para as Escolas Normais defenderam um sistema moral preventivo, com um serviço de higiene mental específico para as crianças denominado de “Hygiene da Criança” e, também, a criação de Escolas Maternais e Jardins de Infância para tornar o trabalho na fase escolar mais produtivo. Mas existiam algumas propostas a serem atingidas antes da fase escolar, como a proposta por Fontenelle:

a) promover á fiscalização systematica do desenvolvimento mental; b) procurar guiar os paes nos principios educativos; c) utilizar enfermeiras e professoras, em

visitas aos lares, para auxilio e conselhos aos paes; d) multiplicar e aperfeiçoar os jardins de infancia; e) organizar a educação dos paes e mães para as funcções futuras; f) organizar o descobrimento e educação dos deficientes mentaes. (1925, p.9)

Ainda na educação da mulher, no projeto higienista, ela deveria ter um comportamento exemplar, digno de uma “mulher de família”. Voltada para o casamento ela deveria se preocupar muito mais com sua capacidade de procriação do que com seus próprios desejos. Primeiramente deveria “escolher a pessoa com quem se deseja procrear entre as que offereçam garantias moraes bem averiguadas. Para isso é de primordial importancia apurar tanto quanto possível qual o valor moral dos ascendentes.” (LE-GENDRE apud LOPES, 1925, p.186) Para os médicos higiênicos

A hygiene moral no lar domestico repousa antes de tudo sobre o exemplo dos pais. É nisso que reside a differença entre a hygiene moral e intellectual. Pais ignorantes pódem exhortar os filhos a instruirem-se, e conseguil-o, ao passo que um pai bebado, ou debochado, ou glotão, debalde exaltaria a temperança, a continencia, ou a sobriedade [...] (LE-GENDRE apud LOPES, 1925, p.186)

Higienistas como Porto-Carrero ligados a formação moral afirmava que “a mulher guarda a casa (symbolo do ventre materno); cozinha os alimentos (idéia associada à de gestação); fia e costura (associação freqüente à masturbação feminina); cria filhos, por fim, fóra do utero, com os criara dentro d'elle”, (1930, p.158) ajudando no encaminhamento da felicidade, do progresso e da ordem.

5 - A PROFESSORA HIGIÊNICA

Mobilizados pela vontade de modernização pela qual passava a sociedade brasileira no início do século XX, os higienistas, preocuparam-se não só com o ensino normal, formando as futuras professoras que, segundo eles, seriam suas aliadas nas campanhas em prol da higiene mental desejável por eles para a sociedade brasileira. Mas também no chamado ensino elementar.

Um meio pratico de combater o analphabetismo poderia ser proposto pela Liga. Em seguida um inquerito do que se pratica nas escolas primarias, e o que de melhor se poderia fazer para maior e mais facil aproveitamento do escolar para sua cultura mental.

O mesmo serviço poderia ser feito nas escolas secundarias, para a mais hygienica, e por tanto pedagogica, distribuição das materias, organização dos programmas, dos horarios, etc..(ESPOSEL, 1925, p.104)

No seio da família, como já foi demonstrado, a mulher havia sido eleita pelos higienistas como a educadora da moralidade dos filhos, tido como futuros homens adaptados. Na educação escolar foi defendida a necessidade de a educadora higienizada promover o desenvolvimento da boa moralidade dos alunos. Nesse particular, o sistema educacional brasileiro começava a sofrer algumas mudanças favorecendo a defesa de que nas escolas normais se começasse a educar a mulher para a sua missão natural de educadora.

O ideal de mulher, com nítida influência da teoria positivista, era de que ela, mesmo sendo professora em sala de aula, não perdesse seus atributos da função materna. É no processo de cientificismo de idéias, aliadas ao conteúdo moral voltado para a felicidade, o progresso e a

ordem que disciplinas como puericultura, psicologia, higiene escolar, educação sexual, educação antialcoólica e até economia doméstica foram inseridas nas escolas normais. Neste processo surge o acréscimo da mãe-educadora dos filhos para a de educadora-mãe dos alunos. A escola passa a ser tratada como uma extensão moral da família.

A noção moderna de que os processos didactitos não se limitam apenas a transmitir informações, porém visam formar o individuo para viver e construir o caracter, põe em relevo a função social da escola, muito mais do que outr'ora quando se concebia a educação dissociada da instrução. (BRAGA,1930, p.271)

Outra preocupação que aparece no discurso dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental era a formação profissional do homem brasileiro. Ao discutir a mudança da escola no processo de industrialização do país o higienista Braga escreveu: “A escola [...] vae perdendo o aspecto encyclopedico, para especializar-se na formação do individuo primariamente capaz de viver, e então, capaz de servir, mediante a sua vocação profissional”. (1930, p.271) Formação profissional (traduzida como liberdade de vocação para dado trabalho) e formação do caráter (adequação moral do indivíduo ao meio) marcam a discussão em torno da pedagogia escolar:

A defesa da escola no Brasil se aliava às defesas já consolidadas na França e na Alemanha que buscam unir educação com instrução. Para Braga (1930, p.271) “a escola cumpre assim formar o homem, desenvolver a individualidade e integral-o na sua profissão universal”. Que, para o autor parece ser a tentativa de levar o homem brasileiro no sentido de liberdade, da modernidade, do estado de direito enfim, do projeto burguês. A citação abaixo fica mais claro

Dahi resulta que os processos fundamentaes da educação devem basear-se em dados scientificos seguros, que determinem os elementos essenciaes dessa cultura humana, a que têm direito quantos nascem neste mundo, para viver, exercer a profissão universal de homem. (BRAGA, 1930, p.271)

Essa posição teórica de um dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental, para a natureza do homem ocorre no Brasil quando a indústria em desenvolvimento necessitava ter um profissional comportado e com saúde perfeita, para o trabalho social. Surge nessa época os primeiros sindicatos no Brasil, e os testes vocacionais para selecionar trabalhadores voltados para o trabalho livre..

A busca da saúde perfeita parece ser o artifício para justificar a própria função moralizadora da escola quando o Brasil lutava para fazer parte de um capitalismo na sua forma mais acabada. Este objetivo aparece traduzido nos escritos dos higienistas como um exercício científico para levar o homem a bem viver. No dizer de Braga (1930, p.272) “a função primacial da escola é tornar o aluno capaz de viver” A busca da “saúde perfeita” escamoteia a lógica conservadora do capital que perpassa a literatura educacional formatada pela Liga Brasileira de Higiene Mental. Para o autor acima citado “claro está, que no programma escolar ao ensino da saude compete o primeiro lugar. [...] formação de habitos, correção de defeitos e a cultura de um ideal de capacidade phusica para o bem viver”. (BRAGA, 1930, p.272)

Os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental, com uma proposta de ação prática no meio social, utilizaram as novas ciências existentes à época como a psicologia e com base nisso, passaram a definir a higiene mental como sendo “um certo conjunto de acções praticas, com o fim de crear condições que possam facilitar o desenvolvimento psychico dos individuos humanos, adaptando esse desenvolvimento ás exigencias sociaes e á felicidade pessoal”. (RADECKI, 1925, p.11)

Propunham também que os higienistas deveriam dominar os conhecimentos dessas ciências para poderem aplicar na prática seus métodos de “observar e avaliar”, cujo objetivo seria o de adaptar ou modificar o que estaria provocando o desajustamento social das pessoas. A história aparece neste discurso como luta pela regeneração humana.

Com a utilização da psicologia os higienistas pretendiam ter o conhecimento da “psychologia da criança”, já que a fase de desenvolvimento infantil seria o momento propício para qualquer intervenção preventiva de observação e de controle das possíveis anomalias sociais. Nesta direção afirma Radecki,

A psychologia consagrou muitos esforços para fixar os métodos de observação da criança e para facilitar aos educadores esta tarefa. Foram elaboradas séries de questionários, ‘tests’ psicológicos, que facilitam a escolha do material para a observação, como também a avaliação do material observado. (1925, p.13)

Na defesa da escola as intenções dos higienistas iam além do domínio do ambiente doméstico, dizendo aos pais o que deveriam fazer para educar seus filhos. Eles também queriam ter o domínio do espaço escolar como um laboratório de experiências: “a escola primária, onde vão ter todos os tipos de mentalidades, em suas primeiras fases evolutivas, representa para o objetivo da higiene mental o campo em que as medidas preventivas podem ser aplicadas com maiores probabilidades de êxito”. (LOPES, 1929b, p.111)

Nesse contexto propunham para as escolas a utilização dos testes psicológicos como os de Binet e Simon que são utilizados, até hoje, nas avaliações psicológicas dos alunos com dificuldades de aprendizagem.

Os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental pretendiam que as professoras utilizassem a higiene mental no domínio dos sentidos, da atenção, da imaginação, da memória, do pensamento, da vida afetiva e da vontade dos alunos. Assim, a professora seria o principal agente da ação pedagógica, e deveria atuar como sintetiza Radecki “sobre a seleção e sobre a quantidade dos conteúdos com os quaes procura crear na mentalidade do educando as associações conjunctivas no momento da fixação”. (1925, p.44) Afirma ainda esse membro da Liga:

Querendo fixar na memoria do educando um novo material, querendo influir em geral sobre o aperfeiçoamento dos mecanismos fixados, o educador tem de obter que os conteúdos fixados se liguem com os objectos que affectivamente interessam o educando. A tonalidade affetiva, pois, das representações associadas transfere o interesse affetivo sobre o mesmo conteúdo fixado, facilitando a reproducção espontanea posterior. (RADECKI, 1925, p.44)

Mesmo objetivando o apoio dos educadores nas primeiras observações de um aluno-problema ou com dificuldades de aprendizagem, os higienistas entendiam que somente os profissionais da psicologia poderiam aplicar os testes psicológicos para validar cientificamente a não-aprendizagem do aluno. Médicos escolares e psicólogos escolares deveriam dar assistência à educação oferecida pela escola junto com os pedagogos:

A escola, a classe maternal, e todos os outros meios educativos, devem ser assistidos, não só por medicos escolares que cuidem do lado organico das creanças, como por psychologos escolares, para dirigir a observação systematica, classificar as creanças atrasadas e especialmente adiantadas, investigar o grão de adapatabilidade da creança ás profissões futuras, e junto com os pedagogos elaborar os methodos educativos e didacticos. (RADECKI, 1925, p.20)

Os higienistas queriam, como informa um de seus membros, que se fizesse de cada aluno uma ficha “medico-psychologica e que se estabeleça um recenseamento geral psychologico de todos os escolares” (ROXO, 1925, p.6), mas as condições financeiras da Liga Brasileira de Higiene

Mental não possibilitavam isso, o que os levou a reivindicar que o Estado os auxiliasse nessa nobre missão. A questão abaixo extraída dos Arquivos Brasileiros de Higiene. Mental ajuda nesta compreensão da dificuldade financeira da Liga: “como fazer funcionar ambulatorios para psychopaths, laboratorios de psychologia applicada, consultorios de exames prenupciaes, salas de leitura de obras modernas, serviços de visitadoras sociaes. etc, sem recursos sufficientes?” (LOPES, 1929a, p.28)

Nas suas propostas para à criação de escolas que atendessem a educação de crianças portadoras de deficiências físicas, os higienistas assinalaram o objetivo de ter nas escolas comuns apenas para crianças normais. Para as crianças com problemas sugeriam escolas especiais. A citação abaixo de um membro da Liga ajuda a entender esta defesa:

Hygiene mental e pedagogia: A obra prophylactica começa na escola por uma selecção não só dos retardados como dos bem dotados, de modo que, constituídos em grupos homogeneos, possam ser-lhes applicados os methodos adequados de ensino. Lembrando que a selecção dos retardados já se acha feita em numerosas escolas, insistem sobre as dos meninos de intelligencia precoce e ácima da média, dos quaes não se tem cuidado em França como fora desejavel. [...] A triagem dos anormaes psychicos deve, aliás, ser effectuada antes da propria escola, quer dizer no periodo pre-escolar, em as escolas maternas, onde André Collin desde 1922 vem insistindo em França estes exames são mais factiveis e mais fructuosos (collaboração paterna [...]) graças ás recordações recentes dos paes sobre a história pregressa; probabilidade de obter bons resultados [...]

Ao professor ou á professora, devidamente enfronhados da questão, cabe apontar ao medico-inspector escolar as crianças que, pela sua falta de progresso no estudo ou pela indisciplina, se afigurem deficientes mentaes. Confirmado o ‘deficit’, determinadas, mercê de ‘tests’ proprios, sua natureza e grau, bem como, mediante inquerito social minucioso, sua etiologia (alcoolismo, loes, tuberculose, etc) será proposto o tratamento idoneo e designar-se-ão para cada criança as medidas especiaes cabiveis (aulas de repetição para os retardados por insufficiencia escolar, escolas ao ar livre para os atrasados por fraqueza physica; escolas de aperfeiçoamento para os debeis intellectuaes; escolas de reforma para os perversos). (TOULOUSE et al apud LOPES, 1925, p.172)

E, ainda:

Parece-nos que não se tem dado a devida importancia á necessidade urgente de fixar uma escala de nível mental para a seleção dos alumnos das diversas classes. Não nos alongaremos na exposição das vantagens que semelhante conquista traria. A formação de classes homogêneas, do ponto de vista intellectual, é, no entanto, uma conclusão de ha muito firmada pela pedagogia científica. Não é possível ministrar os conhecimentos, submeter ao mesmo plano de estudo, alumnos de capacidade mental diversa. (LOPES & FIALHO, 1929, p.70)

Seguindo a lógica do pensar higienista, a professora higiênica deveria incluir na sua formação o conhecimento da fase de desenvolvimento da criança, para que pudesse interferir nas mudanças individuais do comportamento infantil, tendo-se “em vista o caracter psicologico da modificação funcional, qualitativa ou quantitativa” (RADECKI, 1925, p.20) Na tentativa de cobrarem essa missão higienizadora da escola eles acabaram reduzindo problemas sociais mais amplos ao aspecto da vida psíquica individual do aluno negando as relações sociais de produção no seu movimento contraditório.

Na luta entre a razão e o sentimento era grande a importância dada ao relacionamento afetivo na escola entre educador e educando, e isto deveria estar presente para que o aluno assimilasse com mais facilidade o que era apreendido. Radecki, como membro da Liga, afirma que

Em todas as acções pedagogicas, temos sempre que tomar em consideração a lei da influencia dos interesses affectivos sobre a direcção de attenção, como também a lei da tonalidade affectiva dos juizos, para que a nossa acção não abuse do esforço do educando, mas prepare somente o terreno para a corrente espontanea da consciencia, na linha por nós desejada. Geralmente, em todas as acções que têm como fim a educação do lado intellectual da creança o educador tem sempre que tomar em consideração o postulado - de não cançar a creança. (1925, p.57)

Como se pode perceber pela citação acima, a preocupação com a afetividade tornou primazia sobre a própria instrução nesta defesa da educação. O aluno ideal não era o aluno sábio e sim o que aceitava e respeitava o que era imposto pelo grupo dos higienistas. Neste traçado, no século XX, a defesa da escola se destinava a universalizar a visão de mundo propagada pelos homens comprometidos com a Liga Brasileira de Higiene Mental como sendo a única verdade existente para todos.

Mas qual seria a função da professora higiênica, nessa educação do caráter? Dar bons exemplos, a começar por ter um comportamento inquestionável, sem nenhum vício que a prejudicasse na “ação higienica e educativa” na escola, isto é, valia muito mais o atestado de boa conduta moral do que se ter conhecimentos para ser professora. Vem daí a importância demonstrada no capítulo três sobre a higienização da mulher colaboradora da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Por todos os meios possíveis, como regras religiosas, leis penais e a educação foram utilizados para controlar revoltas sociais gestadas no processo de formatação e ampliação do capitalismo industrial no Brasil e a legitimação do mesmo como Estado-Nação.

As educadoras deveriam avaliar os comportamentos, classificado-os como sendo certos ou errados, desejáveis ou indesejáveis, ou seja, era com base na autoridade do conhecimento que as educadoras formariam os valores do homem do futuro. Movidas por ações ideológicas, guiavam a vida dos alunos segundo os interesses do Estado, e por isso a escola começava a se tornar pública e obrigatória, no Brasil.

Se a mãe, na educação doméstica, já começava a passar as regras morais desejáveis para aquele momento histórico, na escola a professora completaria o ensinamento normativo, através da disciplina e da ordem pretendida pelo Estado e ratificada pela Liga Brasileira de Higiene Mental.

Toda mulher é um altar, a coisa pura, a coisa santa em que o homem, abalado pela vida, pode a cada hora encontrar a fé, reencontrar sua própria consciência, conservada mais pura do que nele. Toda mulher é uma escola, e é dela que as gerações recebem realmente sua crença. Muito antes que o pai pense na educação, a mãe deu a sua, que não mais se apagará. (MICHELET, 1995, p.118)

O ensino não seria o objetivo maior que caberia as mães, mas a sua capacidade de influenciar seus filhos, ou seja, o conteúdo moral a ser transmitido, deveria tornar-se um hábito constante, até que não fosse mais questionado tornando-se um costume geral a todos os indivíduos. Naquele momento histórico, o Estado democrático começava a implantar suas leis, e todos deveriam segui-las para manter os bons costumes da ordem e do dever, para o bem geral da pátria.

CONCLUSÃO

Nas primeiras décadas século XX na República Velha, o contraste entre um país real e um país idealizado pelos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental algo concreto e marcou a consciência de classe dos homens que com ela se envolveram e escreveram para os seus Arquivos. O ponto mais geral de referência deste pensamento procede do universo social singular a que pertenciam, a classe burguesa. O biologismo que dá o traçado da eugenia e a filosofia que marcou o movimento higienista compõem a ordenação do pensamento dos membros da Liga Brasileira de Higiene Mental e marcou a pluralidade deste pensamento.

Entende-se, na presente pesquisa, que estes homens, voltados a educação social, não só se deram conta de que haviam mudanças em curso no país, mas presos à ideologia do chamado “cientificismo”, nunca puseram em questão as idéias que pregaram como sendo progresso, assimilaram as mesmas como verdade inquestionável. Não existe nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental qualquer lance de dúvida sobre o controle educativo-terapêutico assumido pelos higienistas. Pelo contrário, como já afirmou Jurandir Freire e Costa os higienistas não procuravam refletir ou questionar “as matrizes sociais da ciência que orientava os postulados teóricos e técnicos destas práticas” (COSTA, 1989a, p.16) A unidade nacional e o progresso como felicidade que aí se desenhava traduzia um exercício da consciência da classe dominante para o Brasil da época envolvendo médicos, professores, advogados, jornalistas, políticos e outros colaboradores.

Neste limite da verdade a idéia de progresso e felicidade traziam subjacente a defesa de que seria cientificamente viável e possível utilizar as estratégias-médico higiênicas de adaptação do homem “brasileiro” ao processo de transformação do sistema capitalista no país possibilitando engendrar o Brasil nos dinamismos essenciais do movimento representado pelo complexo Imperialista eliminando do país uma “velha” moral ligada à Colônia e ao Império que marcava os costumes e valores ainda no interior da República.

A psiquiatria preventiva, na luta pelo alinhamento daquilo que se entendeu como o mais avançado, representava algo mágico, um “abra-te-cesamo”. Pedagogicamente ela foi um marco significativo no campo educativo com objetivos políticos bem delimitados: a consolidação do modo de produção burguesa no país. Os valores morais apregoados pela educação proposta não rompiam com o passado burguês, mas o naturalizava como forma de vida num período histórico, em que o Brasil engendrava de forma definitiva no pensamento industrial.

Pela campanha de saneamento moral, postulava a luta pela indústria os higienistas entenderam que poderiam criar um homem “civilizado” no Brasil, aquele homem já solicitado pela filosofia clássica burguesa e representado como um homem contido, “bem educado”, disciplinado socialmente nos moldes do “gentleman” inglês, ou seja, o burguês europeu da classe média.

O período da Primeira República, caracterizou-se, como acima foi dito, por transformações sociais, políticas e econômicas. Neste processo as mudanças em curso revelavam a passagem a passagem da organização da família patriarcal para a família burguesa. Esta última começou a ser o centro de interesses dos médicos higienistas no processo de urbanização acelerada,

principalmente nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, entre outras, passando em questão os valores familiares até então estabelecidos na Colônia e no Império pelo modelo de família patriarcal que não se adequava às mudanças solicitadas pela indústria e pelo Estado Republicano. Por meio do domínio da cidade, o Estado assumia o controle do espaço social e, portanto, de formação do homem burguês no país a Liga Brasileira de Higiene Mental ajudou neste processo. Antes, na família patriarcal, o pai detinha a autoridade sobre a mulher e determinava as regras e as normas de como se viver em comunidade, ao passo que, com a transformação para a família burguesa esse pai tutelado pelo saber dos médicos higienistas que se auto-intitulavam muito mais conhecedores da educação dos filhos do que a própria família, delegava o poder de educação para a mãe que se subordinava não só aos mandos do marido mais aos da Liga Brasileira de Higiene Mental.

Pedagogicamente a educação moral na família e na escola passou a substituir os castigos e violências comuns no período Colonial pelo desenvolvimento dos bons sentimentos simbolizado como um dispositivo social de formação do homem educado para a cortezia, para a ordem e para a modernidade. Esta defesa se expõe mais enfática ou menos enfática variando de autor para autor nos documentos estudados.

Estas estratégias médico-higienistas não mais seguiam a lógica de autoridade da família patriarcal e da polícia comuns até então no país. A “nova” forma educativa proposta pelos higienistas, tanto na família como na escola, tendo a mulher como colaboradora tratava de mostrar as vantagens físicas e mentais da sujeição da classe dominante às novas estratégias. Neste espaço os atos dos higienistas foram na sociedade brasileira da época muito além do que suas propostas ideológicas pretendiam, influenciaram a Constituição de 1934 que, no seu Artigo 138, incumbia a União, Estados e Municípios de:

- a) assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados a animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar;
- b) estimular a educação eugênica;
- c) amparar a maternidade e a infância;
- d) socorrer as famílias de prole numerosa;
- e) proteger a juventude contra toda exploração, bem como contra o abandono físico, moral e intelectual;
- f) adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a natalidade e a morbilidade infantis; a de higiene social, que impeçam a propagação de doenças transmissíveis cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais. (BRASIL, 1986, p.174-175)

Para os higienistas não caberia ao ser social outra coisa se não viver conforme a educação aprenhada, a própria educação da mulher traduzia a luta pela ordenação subjetiva, ou melhor, a ideologia da sociedade pela qual os membros da Liga Brasileira de Higiene Mental buscaram contribuir para uma ordenação objetiva: a formação do homem burguês no país e a ordenação da nação brasileira com algo forte no conjunto europeu de internacionalização da produção, gestada pela lógica do capital. Os higienistas aqui estudados romantizam não só a natureza humana, mas a própria educação no seio da sociedade de classes. Esta é uma questão que não se entende esgotada no nosso estudo e que merece atenção de pesquisadores da educação.

REFERÊNCIAS

A REDAÇÃO. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.1, Rio de Janeiro, 1925.

A REDAÇÃO. Appello á mulher brasileira. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n. 6, p.193-194, Rio de Janeiro, 1930.

BRAGA, E. A escola na cruzada anti-alcoolica. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n. 8, p.271-276, Rio de Janeiro, 1930.

BRASIL, Senado Federal. **Constituições do Brasil de 1824, 1891, 1946 e 1967 e suas alteração**. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986. p.174-175

BRITTO, A. O alcoolismo e a mulher. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n. 6, p.204-205, Rio de Janeiro, 1930.

CALDAS, M. Editorial In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n. 1, p.1-2, Rio de Janeiro, 1929.

CALDAS, M. A hygiene mental no Brasil. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n.3, p.69-77 , Rio de Janeiro, 1930b.

CALDAS, M. O movimento Internacional da Hygiene Mental. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n.4, p.113-120, Rio de Janeiro 1930c.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

COMTE, A. **O catecismo positivista**. Tradução de José Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1996. (Os Pensadores)

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989a.

COSTA, J.F. **História da psiquiatria no Brasil**: um corte ideológico. 4. ed. Rio de Janeiro: Xenon, 1989b.

CUNHA, M.C.P. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ESPOSEL, F. Idéas geraes... In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.101-107, Rio de Janeiro, 1925.

EDITORIAL. Appello á mulher brasileira. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n. 6, p.193-1194, Rio de Janeiro, 1930.

ESTATUTO DA LIGA BRASILEIRA DE HYGIENE MENTAL. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n.1, p.40-47, Rio de Janeiro, 1929.

FONTENELLE, J. P. Hygiene mental e educação. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.1-10, Rio de Janeiro, 1925.

GUIZOT, P. Das idéias de Tasse em relação à educação: o pai de família. Tradução de Zélia Leonel. **Apontamentos**, n. 23, Maringá, 1994. p.1-11

LOCKE, J. **Pensamientos acerca de la educacion**. Barcelona: Editorial Humanitas, 1985.

LOPES, E. Secção peermanente da Liga Brasileira de Hygiene Mental. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.147-152, Rio de Janeiro, 1925a.

LOPES, E. Actas e trabalhos da Liga Brasileira de Hygiene Mental. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n. 1, p.27-38, Rio de Janeiro, 1929a.

LOPES, M. B; FIALHO, I. de A.. Sugestões para o emprego dos tests. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n. 2, p.68-77, Rio de Janeiro, 1929.

LOPES, E.; CASTRO, A de. Trabalhos de anti-acooolismo. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n. 3, p.139-141, Rio de Janeiro, 1929b.

LE-GENDRE, P. Hygiene intellectual e moral. Paris 1924 - Tradução de Ernani Lopes. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.184-190, Rio de Janeiro, 1925.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma, medicina e constituição da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MARX, K. & ENGELS F. **A ideologia alemã**: (I - Feuerbach). 10. ed. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1996.

MICHELET, J. **A mulher**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MONTESQUIEU **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1997. (Os Pensadores)

PANAFIEL, C. Contra o alcoolismo: em favor da hygien mental (secção permanente). In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.147-152, Rio de Janeiro, 1925.

PERROT, M. (org.) **História da vida privada**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Tradução de Denise Bottmann e Bernardo Joffily - 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, v. 4.

_____. **Os excluídos**: operários, mulheres, prisioneiros. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. (Prismas)

PORTO-CARRERO J.P. Educação sexual. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. II, n. 3, p.120-133, Rio de Janeiro, 1929.

PORTO-CARRERO, J.P. Sexo e cultura. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. III, n. 5, p.155-166, Rio de Janeiro, 1930.

RADECKI, W. Hygiene mental da creança: baseada sobre as leis de psychologia. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.11-89, Rio de Janeiro, 1925.

RAGO, M. **Do cabará ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROXO, H. Hygiene mental. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 2, p.1-9, Rio de Janeiro, 1925.

SAFFIOTI, H.I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

SNYDERNS, G. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, M. & MIALARET, G. (org.) **Tratado das ciências pedagógicas**. São Paulo: Editora Nacional. EDUSP, 1977. p. 271-332

TOULOUSE, G. ; GENIL-PERRIN T. G.; TARGOWLA R. Prophylaxia mental. Paris 1925 - Tradução de Ernani Lopes. In: **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**, v. I, n. 1, p.167-181, Rio de Janeiro, 1925.

TOCQUEVILLE, A. **A Democracia na América**. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985